



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO  
Rua Sérgio Severo, 2037, Natal/RN, CEP 59063-380  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - www.defensoria.rn.def.br/

## EDITAL Nº 04/2026

Processo nº 06410002.003405/2024-10

<b>Data de abertura</b> 19/02/2026	<b>Horário</b> 09:00H (Horário de Brasília)	<b>Local da Sessão Pública</b> Comprasnet.gov.br
<b>SRP:</b> Sim ( X ) Não ( )	<b>Critério de Adjudicação:</b> Menor preço por Item	<b>Modo de Disputa:</b> Aberto
<b>Exclusiva para ME/EPP/EQUIPARADOS</b> Sim ( ) Não ( X ) Misto ( )		
<b>Cota Reservada de até 25% para ME/EPP/EQUIPARADOS</b> Sim ( ) Não ( X )		
<b>Valor Estimado:</b> Divulgado		
<b>Intervalo Mínimo:</b> R\$ 0,50		
<b>Objeto:</b> Constituição de ata de registro de preços, em conformidade com a Resolução n. 324/2024-CSDP, de 12 de janeiro de 2024, emanada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, para eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento e instalação, sob demanda, de 40 (quarenta) trocadores de fraldas de tampo retrátil para fixação em parede, destinados a atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN), conforme condições constantes neste Edital e Anexos.		
<b>Processo Administrativo:</b> SEI 06410002.003405/2024-10		
<b>Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações:</b> Até o dia 11/02/2026, para o e-mail: <a href="mailto:cpl@dpe.rn.def.br">cpl@dpe.rn.def.br</a>		
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da DPE/RN pelo endereço <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> , selecionando as opções Consultas>Pregões>Em andamento > Cód. UASG "925772". O Edital e seus anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e no endereço <a href="http://www.defensoria.rn.def.br">www.defensoria.rn.def.br</a> , Portal da Transparência > licitações.		

## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 - DPE/RN - SRP (COMPRASNET N.º 90004/2026)

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UASG Nº 925772)**, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria nº 33/2024 - GDPGE, de 02 de fevereiro de 2024, publicada no D.O.E. nº 15603, edição de 08 de fevereiro de 2024 e Portaria n.º 258/2024 - GDPGE, de 19 de setembro de 2024, DOE n.º 15757, edição de 20 de setembro de 2024, e de acordo com a determinação do Defensor Público-Geral, que autorizou a instauração do competente processo licitatório, torna pública a quem interessar, que promoverá licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Federal nº 8.078/1990, pela Lei Federal nº 13.709/2018, pela Lei Complementar Estadual nº 675/2020, pela Resolução nº 310/2023 - CSDP, Resolução nº 324/2024 - CSDP, alterada pela Resolução n.º 356/2025 - CSDP, consoante autorização contida nos autos do Processo Administrativo SEI 06410002.003405/2024-10, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO: 19 de fevereiro de 2026.**

**HORA: 09h00min (Horário de Brasília)**

**LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

#### IMPORTANTE:

a) A licitação será realizada por item conforme especificações do objeto constante na tabela do item 3.3 do Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

b) Este certame não será exclusivo para ME/EPP/EQUIPARADOS, justificado nos termos do art. 45, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 675/2020, uma vez que não restou demonstrada a existência de, no mínimo, três fornecedores competitivos, sediados local ou regionalmente no Estado e aptos a atender às exigências do instrumento convocatório, devendo o procedimento licitatório prosseguir sem a incidência do benefício da exclusividade, mantendo-se os demais tratamentos diferenciados às

## **ME/EPP/EQUIPARADOS previstos da referida lei complementar.**

c) Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, conforme previsão contidas nos itens 6.18 ao 6.18.6 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

d) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, conforme justificativa prevista nos itens 6.22 ao 6.22.5 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

e) Os critérios para apresentação de amostra estão previstos nos itens 7.39 ao 7.45 do Anexo I - Termo de Referência.

### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto a escolha da proposta mais vantajosa objetivando instituir registro de preços para a eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento e instalação, sob demanda, de 40 (quarenta) trocadores de fraldas de tampo retrátil para fixação em parede, destinados a atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I deste Edital - Termo de Referência (+anexos).

a) **MODO DE DISPUTA: ABERTO**

b) **ORÇAMENTO: DIVULGADO**

c) **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

d) **CRITÉRIO DO VALOR: ESTIMADO**

1.1.1. O valor estimado da presente licitação será aberto, visto que sua divulgação pode gerar maior vantagem para a administração pública, conforme resultado conclusivo no Relatório de Avaliação da Controladoria-Geral da União (CGU): 1354517. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorio/1582620>, ou seja, a CGU concluiu que a transparência no orçamento nas licitações podem gerar economias e uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

1.1.2. O orçamento previamente estimado pela Administração para a referida contratação será divulgado concomitantemente à publicação do edital.

### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas (item 2.1), e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Poderão participar deste Pregão microempresas e empresas de pequeno porte e equiparados, com obtenção de tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Estadual nº 675/2020.

2.4.1. A obtenção dos benefícios a que se refere o item 2.4 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte e equiparados que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.4.1.1. Para fins de cumprimento do subitem 2.4.1 o licitante emitirá declaração a ser encaminhada juntamente aos documentos de habilitação.

2.5. Somente poderão participar desta licitação as empresas que apresentem em seu estatuto ou contrato social atividade econômica compatível com o objeto ora licitado.

#### **2.6. Não poderão participar da presente licitação:**

a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) Não poderão participar deste Pregão sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

c) Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da DPE/RN ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou Jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos

vedados pela legislação trabalhista;

g) Não poderão participar deste Pregão sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

h) Agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Pessoa Jurídica reunida em consórcio (Justificado nos itens 6.22 ao 6.22.5 do Termo de Referência);

j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

k) Que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do RN;

l) Com impedimento de contratar com a Administração, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;

m) Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.7. O impedimento de que trata a alínea "f" do subitem anterior, será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

2.8. A vedação de que trata a alínea "h" o subitem anterior, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.9. Será vedada a participação de empresa que possua, em seu quadro societário, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPERN) atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas OU ocupantes de tais cargos ou funções quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades da DPERN situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação ou ocupantes de tais cargos quando da deflagração do presente procedimento licitatório.

### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

a) Credenciar-se previamente no SICAF;

b) Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

c) Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta de preço;

d) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou à Defensoria Pública do Estado do RN por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

e) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

f) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS, ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. A licitante deverá encaminhar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

4.1.3. **O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:**

a) valor;

b) quantidade;

c) unidade;

d) descrição do objeto;

e) marca, modelo, fabricante;

f) prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.1.4. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no item 3.3 do Termo de Referência.

4.1.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.1.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.1.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2. No momento do cadastramento da proposta inicial, a licitante deverá selecionar, em campo próprio do sistema, as seguintes declarações:

4.2.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

4.2.2. que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.2.5. que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.2.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.2.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 675/2020, deverão manifestar, em campo próprio, declaração de que atendem aos requisitos da referida Lei, bem apresentar declaração constante do Item 2.4.1 deste Edital.

4.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ao 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/21](#), e neste Edital.

4.5. As declarações mencionadas nos itens anteriores serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação, cujo relatório extraído do sistema será anexado aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por outra forma, exceto, a declaração referida no Item 2.4.1 e 2.4.1.1 que deverá ser acostada aos documentos de habilitação quando da convocação pelo Pregoeiro (Modelo no Anexo II do Edital).

4.6. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens (chat) entre o Pregoeiro e os licitantes.

4.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

4.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**.

4.12. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

4.13. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de solicitar qualquer alteração.

4.14. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, a proposta ou lance cujo valor for considerado inexecutável.

4.15. O MODO DE DISPUTA será o ABERTO, a duração do período do envio de lances será de **10 (dez) minutos**, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

4.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.17. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.18. Preenchido o requisito definido no subitem anterior, caso o Pregoeiro decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

4.19. Ocorrendo o reinício previsto no Item 4.18, as licitantes serão convocadas para apresentar lances

intermediários.

4.20. Encerrada essa etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

4.21. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.22. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

4.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

## 5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.2.2. empresas brasileiras;

5.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.3. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens anteriores, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas, conforme Art. 41, § 4º, III, da Lei Complementar n.º 675/2021 e IN n.º 79/2024, que alterou a IN 73/22 e estabelece o sorteio como critério de desempate adicional para as licitações que utilizam os métodos de julgamento por menor preço ou maior desconto.

## 6. DA NEGOCIAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço estimado para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.2. A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta da primeira colocada não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

6.3. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

6.4. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.5. Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, conforme Resolução nº 44/2007-CNJ e suas alterações, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no endereço eletrônico: [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se este faz jus ao benefício, em conformidade com a Lei Complementar nº 675/2020.

7.6. A obtenção do benefício supra fica limitado às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e similares que, no presente exercício, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de tal enquadramento. Nesse sentido, exige-se declaração do licitante em observância para tal fim, considerando o valor estimado de sua disputa à receita bruta máxima admitida, considerando o período de 1 ano, nos termos do Item 2.4.1 deste edital.

7.6.1. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital de Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

7.7. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

7.8. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na Contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste certame.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, inclusive nas propostas cujos valores forem inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela DPE/RN**, ou, ainda, em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

7.10. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da DPERN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis, como também, não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

7.13. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

7.14. Se a proposta não for aceita ou, ainda, se a licitante não atender às exigências habilitatórias, em descumprimento dos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proponente será desclassificada/inabilitada e o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a obtenção de uma que atenda ao edital.

7.15. A licitante que abandonar o certame, não atender aos chamados e deixar de enviar a documentação indicada nesta carta editalícia e solicitada pelo Pregoeiro, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas no presente edital.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto deste Edital.

7.17. Será desclassificada proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.18. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

7.19. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e, por intermédio de documentação complementar encaminhada por meio eletrônico, na opção "Enviar Anexo" no Sistema Comprasnet, quando solicitado pelo Pregoeiro.



8.2. Após entrega dos documentos para habilitação e análise pelo Pregoeiro não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.3. As licitantes que estiverem em SITUAÇÃO VÁLIDA no SICAF poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, desde que todos os documentos e/ou certidões estejam dentro da validade e inseridos no sistema.

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação, quando solicitados, deverão ser inseridos no Anexo que será aberto pelo Pregoeiro.

8.6. O Relatório das declarações constantes no sistema será anexado aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por outra forma.

8.7. A declaração referida no Item 2.4.1 e 2.4.1.1 deverá ser acostada aos documentos de habilitação (Modelo no Anexo II do Edital).

#### 8.8. **Habilitação Jurídica:**

8.8.1. Deverá a possível contratada comprovar o requisito de habilitação jurídica (art. 66, Lei n. 14.133/2021), mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme a natureza da pessoa jurídica:

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

d) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz.

g) **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação; estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia correspondente; comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários para a oferta do objeto; editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; três registros de presença dos cooperados que executarão o instrumento contratual em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRSCI) para cada um dos cooperados indicados; comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o instrumento contratual; comprovação de que os cooperados que executarão o instrumento contratual atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitando o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I, e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764/1971; ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, conforme previsto no art. 107 da Lei n. 5.764/1971; última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme disposto no art. 112 da Lei n. 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.8.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 8.9. **Qualificação Técnica:**

8.9.1. A empresa deverá apresentar ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitido por Órgão ou Entidades da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou, ainda, por empresas privadas, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto a ser contratado.

8.9.1.1. O atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação da contratada e descrição clara dos materiais fornecidos, informando o cumprimento das obrigações assumidas perante a empresa privada ou órgão público que está emitindo o atestado.

8.9.1.2. Não serão aceitos atestados emitidos por pessoa física para fins de comprovação da capacidade técnica de empresa licitante (Acórdão 927/2021 - TCU - Plenário).

#### 8.10. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

8.10.1. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma disciplinada pelo art. 68 da Lei Federal n. 14.133/2021, deverão ser apresentados:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da pessoa jurídica;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- h) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021.

8.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

#### 8.13. **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.13.1. No que diz respeito à habilitação econômico-financeira, deverá ser apresentado:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, salientando nos casos de participantes em processo de recuperação judicial, a necessidade de comprovar, por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que a interessada encontra-se apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório (Acórdãos do TCU nºs 2.265/2020 e 1.201/2020);

8.13.2. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da convocação pelo pregoeiro;

8.13.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.13.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.13.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14. Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ/MF e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**; ou
- b) se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
- c) serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

8.15. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.16. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.17. Os documentos exigidos e apresentados para habilitação, obtidos por meio de sites, poderão ter sua autenticidade verificada via internet.

8.18. As empresas aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido no art. 40, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar Estadual nº 675/2020, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.18.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das empresas ME/EPP/EQUIPARADOS, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a



proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.18.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à DPE/RN convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos ou realização de diligências, o Pregoeiro suspenderá a sessão.

8.20. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no *chat* do sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência.

## 9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. O Pregoeiro convocará, via *chat*, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, para encaminhar a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao último lance e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos neste Edital.

9.2. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, em arquivo único, **no prazo de até 2 (duas) horas**, podendo ser prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro, mediante solicitação justificada pelo participante.

9.3. As propostas de preços escritas, quando solicitadas, deverão ser redigidas em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, formulada em conformidade com as condições estabelecidas, e dela deverão constar:

a) Razão social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone atualizado, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (e-mail);

b) descrição completa do objeto;

c) quantidade, unidade, valor unitário e total (R\$);

d) marca, modelo, fabricante; e

e) A indicação do valor do ICMS ou ISS (%), o que couber, de acordo com a alíquota vigente.

9.4. As empresas inscritas no SIMPLES NACIONAL ficam dispensadas da apresentação do destaque do ICMS, consoante art. 4º do Decreto Estadual n. 21.034/2009, devendo apresentar a comprovação dessa condição.

9.5. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas, como impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

9.6. Se houver discrepância entre os valores unitários e totais constantes na proposta de preços escrita e aqueles registrados no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerão como válidos estes últimos.

9.7. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

9.7.1. O ajuste de que trata o dispositivo no Item 9.7. se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.8. A não regularização da documentação no prazo previsto nesta condição implicará na decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, facultado à Defensoria Pública do Estado do RN a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

9.11. A simples participação no certame implica em:

a) Aceitação de todas as condições estabelecidas no edital deste Pregão;

b) Que a proposta terá validade mínima de **90 (noventa) dias**, contados da data da apresentação.

c) Prazo, condições de execução do objeto de acordo com o Anexo I - Termo de Referência, contados a partir data de recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

d) Compromisso da licitante de executar o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital e na proposta de preços apresentada.

9.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência - Anexo I do Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos deste edital, na quantidade e qualidade adequada à perfeita execução contratual.

9.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.14. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.15. Tendo em vista que a especificação dos materiais ou dos serviços constante do CATSERV/CATMAT/Comprasnet é resumida e que alguns aspectos dos materiais ou dos serviços devem ser melhor especificados, a especificação do item licitado, para efeito de cotação do preço e formulação da proposta, será aquela constante do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

9.16. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do ata/contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.17. A licitante deverá observar em sua proposta de preços as especificações do objeto, devendo evitar a simples cópia do teor das especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

9.17.1. O licitante deverá descrever na sua proposta a descrição completa do objeto ofertado sem deixar de verificar a sua conformidade com as especificações do Termo de Referência.

9.18. Os modelos anexados a este Edital servem apenas como orientação, não sendo motivo de inabilitação ou desclassificação, a apresentação de documentos que sejam elaborados de forma diferente, desde que contenham os elementos essenciais.

9.19. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.20. O descumprimento do subitem acima poderá implicar na inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.21. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.22. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação e aceitação da proposta.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

10.11. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá (art. 71 da Lei Federal 14.133/21):

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.12. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.13. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.14. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido até **3 (TRÊS)**

**DIAS ÚTEIS** antes da data da abertura do certame, enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: [cpl@dpe.rn.def.br](mailto:cpl@dpe.rn.def.br)

11.2. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico: [cpl@dpe.rn.def.br](mailto:cpl@dpe.rn.def.br)

11.3. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais a unidade técnica competente.

11.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento vincularão às participantes e a administração.

11.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas

11.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas nos sites e (Portal da Transparência) e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) (por meio do link: Acesso livre>Pregões>Agendados), para conhecimento da sociedade em geral e das licitantes, cabendo às interessadas em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Concluídos os trabalhos, o Pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação do Defensor Público-Geral, para expedição e publicação dos atos de adjudicação e homologação.

## **13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

13.2. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Defensoria Pública do Rio Grande do Norte ou terceiros.

13.3. Por descumprimento das obrigações assumidas no curso do procedimento licitatório, as infrações e correspondentes sanções administrativas encontram-se previstas no quadro do item do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

13.4. Por descumprimento das obrigações assumidas após a adjudicação do objeto ao fornecedor beneficiário, as infrações e correspondentes sanções administrativas encontram-se previstas no quadro do item 14.3 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

13.4.1. Por descumprimento das obrigações assumidas decorrentes do instrumento contratual expedido pela Administração, as infrações e correspondentes sanções administrativas encontram-se previstas no quadro do Item 14.4 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

13.5. Por descumprimento às obrigações decorrentes da execução em si do contrato/instrumento equivalente ao contrato, constam no item 14.8 do Termo de Referência.

13.6. As penalidades, bem como as regras para o devido procedimento administrativo sancionador, encontram-se estabelecidas nos itens 14.9 ao 14.14.14.2. do Termo de Referência.

13.7. As sanções administrativas impostas serão compulsoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos sistemas atrelados ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (TCE-RN), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), devendo ocorrer, nestes dois cadastros, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da aplicação.

13.8. As comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

13.9. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes da DPE/RN, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13.10. Aos casos omissos, aplicar-se-ão as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

## **14. DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

14.1. Os critérios e práticas de sustentabilidade estão previstos no item 6.17 do Termo de Referência.

## **15. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

15.1. O modelo de execução do objeto encontra-se previsto nos itens 8 ao 8.12.2 do Anexo I - Termo de Referência.

## **16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas condições para a formalização da Ata de Registro de Preços conforme estabelecido nos itens 10 ao 10.28 do Anexo I - Termo de Referência.

## **17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

17.1. A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento conforme justificativa no item 6.19. do Termo de Referência.

17.2. De acordo com a Resolução n. 338/2024-CSDP/RN, em resumo, o processo regular de liquidação e pagamento ocorrerá pelas etapas e prazos constantes nos itens 11.1 ao 11.37 do Termo de Referência.

## 18. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

18.1. O cumprimento da Lei de Proteção de Dados n.º 13.709/18 encontra previsão nos itens 15 ao 15.8 do Termo de Referência.

## 19. DAS DILIGÊNCIAS

19.1. Durante a operacionalização deste certame, as diligências direcionadas aos licitantes classificados serão formalizadas no campo próprio do sistema "Diligência".

19.1.1. É dever do licitante acompanhar os chamados da Pregoeira para responder e anexar documentos solicitados na fase de diligência.

19.1.2. O prazo para cumprimento de diligências solicitadas pela Pregoeira aos licitantes participantes será de 2h (duas horas), podendo ser prorrogada mediante justificativa que será analisada pela Pregoeira.

19.1.3. O não cumprimento de diligências solicitadas, importantes ao julgamento objetivo da proposta e habilitação, poderá ensejar em desclassificação da proposta.

19.1.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes aos quadros de pessoal da DPE/RN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

19.1.5. Em qualquer fase do procedimento licitatório é facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.1.6. Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informação necessários a apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. **Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.**

20.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), no endereço: [defensoria.rn.def.br](mailto:defensoria.rn.def.br) e também nos autos do processo administrativo, permanecendo com vista franqueada aos interessados.

20.10. A anulação do procedimento licitatório induz à da contratação.

20.11. Maiores esclarecimentos ou quaisquer outras informações com relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital serão dirimidas pelo Pregoeiro por e-mail institucional: [cpl@dpe.rn.def.br](mailto:cpl@dpe.rn.def.br)

20.12. Toda comunicação oficial ocorrerá por e-mail, por meio do sistema comprasnet ou por publicação, nos termos da legislação.

20.13. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Natal/RN.

20.14. **Os licitantes deverão estar cientes que o expediente da DPE/RN é das 08h00h às 15:00h, em dias úteis, sem intervalo para almoço, e, portanto, o andamento e/ou suspensão da sessão será exclusivamente comunicado por meio do chat.**

20.15. Constituem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

**ANEXO I - Termo de Referência + Anexos I (Minuta da Ata de Registro de Preços); Anexo II (Minuta da Ordem de Fornecimento); Anexo III - (Minuta da Proposta de Preços); Anexo IV (Endereço dos núcleos); Anexo V (Relatório de cotação realizada pelo Banco de Preços).**

**ANEXO II - Modelo de Declaração (item 2.4.1).**

Natal/RN, 03 de fevereiro de 2026



Documento assinado eletronicamente por **MARIA EDNA TRINDADE DE LIMA**, Coordenadora de Licitações, em 03/02/2026, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39093680** e o código CRC **E585B7B2**.

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 06410002.003405/2024-10

1. INTRODUÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência, fundamentado no Estudo Técnico Preliminar elaborado por esta Coordenadoria, formaliza a necessidade de instituir registro de preços para a eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento e instalação, sob demanda, de 40 (quarenta) trocadores de fraldas de tampo retrátil para fixação em parede, destinados a atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN).

1.2. A contratação visa aprimorar o acolhimento dos assistidos nas dependências da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio Grande do Norte. O Estudo Técnico Preliminar demonstrou a viabilidade técnica e econômica da solução proposta, fornecendo os elementos essenciais para instruir o presente procedimento de contratação.

2. DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XV, XXIII, ALÍNEA “A”, DA LEI N. 14.133/21):

OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição, fornecimento e instalação de trocadores de fraldas retráteis horizontais de parede**, em plástico de engenharia de alta resistência com reforço metálico interno, destinados ao uso nos núcleos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN), em regime de registro de preços, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

QUANTITATIVOS

2.2. O quantitativo estimado é de **40 (quarenta) unidades**, sendo **35 (trinta e cinco)** referentes à demanda, identificada em levantamento da Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Projetos (CEAP), e **5 (cinco)** incluídas como margem estratégica de segurança, para absorver eventuais expansões de núcleos ou transferências de unidades para imóveis próprios ou locados.

DO USO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.3. Considerando o objeto da presente contratação - aquisição, fornecimento e instalação de trocadores de fraldas retráteis horizontais de parede - e o quantitativo estimado de 40 (quarenta) unidades, mostra-se técnica e juridicamente adequada a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do artigo 82 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação específica no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, consubstanciada na Resolução nº 324/2024-CSDP.

2.4. Em primeiro lugar, conforme visto, o quantitativo identificado pela Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Projetos (CEAP) corresponde a 35 (trinta e cinco) unidades necessárias para a cobertura da demanda imediata dos núcleos existentes. Todavia, incluiu-se uma margem de segurança de 5 (cinco) unidades adicionais, em razão da possibilidade de abertura de novos núcleos ou transferência de unidades atualmente instaladas em imóveis de terceiros. Essa condição **revela incerteza quanto ao consumo efetivo do objeto** ao longo da vigência contratual, cenário típico que recomenda a adoção do SRP, uma vez que este permite à Administração adequar a aquisição à demanda concreta, sem comprometer recursos públicos com compras desnecessárias.

2.5. Além disso, o SRP confere maior flexibilidade operacional e orçamentária, possibilitando que a Administração promova contratações futuras de acordo com a efetiva necessidade e disponibilidade de recursos, evitando a estocagem de bens em excesso e o risco de obsolescência ou de ociosidade de equipamentos. Trata-se de medida que observa os princípios da economicidade, da eficiência e da continuidade do serviço público, previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Ademais, a Resolução nº 324/2024-CSDP, em seu artigo 3º, inciso III, admite expressamente a utilização do Sistema de Registro de Preços para bens e serviços de consumo incerto ou de aquisição frequente, situação em que se enquadra a presente demanda. A contratação por meio do SRP garantirá à Defensoria Pública o atendimento tempestivo de suas necessidades, com condições previamente fixadas em ata e preços registrados, sem prejuízo da possibilidade de realizar licitação específica, nos termos do artigo 83 da Lei nº 14.133/2021, caso a Administração identifique vantagem em nova contratação.

2.7. Assim, a adoção do SRP apresenta-se como a solução mais adequada para este objeto, uma vez que concilia previsibilidade de preços, flexibilidade na aquisição conforme a necessidade real, segurança jurídica para a Administração e racionalidade na aplicação de recursos públicos.

DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.8. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que o preço permaneça vantajoso para a Administração

DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE AO CONTRATO

2.9. O vínculo entre a Administração e o Licitante se dará através da formalização da **Ordem de Fornecimento**, em substituição ao instrumento de contrato, com fundamento no artigo 95, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.


2.10. A Ordem de Fornecimento, que servirá como instrumento equivalente ao contrato, terá a vigência de 180 dias, podendo ser prorrogada.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO.

3.1. Os bens objeto da futura contratação caracterizam-se como comuns, tendo em vista possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do artigo 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.2. No mesmo sentido, o objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, consoante extrai-se da Resolução nº 323/2023-CSDP, de 20 de dezembro de 2023.

3.3. Conforme detalhadamente esclarecido no Estudo Técnico Preliminar, a contratação possui as seguintes especificações técnicas, acompanhadas da estimativa dos quantitativos mínimos e máximos:

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade estimada	Exemplo de Referência*
01	<p><b>Trocador de fraldas retrátil horizontal de parede.</b></p> <p>Fabricado em plástico de engenharia (polipropileno/polietileno/PVC) antibacteriano com reforço metálico interno ou material similar de igual ou superior qualidade, resistente, atóxico, lavável e de alta durabilidade. Sistema retrátil com movimento suave e assistido. Capacidade mínima de 25 kg. Bordas arredondadas, sem arestas cortantes ou pontos de esmagamento. Cinto de segurança com, no mínimo, três pontos de fixação, confeccionado em material de elevada resistência. Dimensões aproximadas: 565mm de largura e 894mm de comprimento, admitidas variações de projeto de até 10% para mais ou para menos, desde que não comprometam a funcionalidade e a conformidade com a NBR 9050/2020. Inclui kit completo de instalação. Manual de montagem e uso em português. Garantia mínima de 12 meses.</p>	Unidade	40	

\* Fonte da Imagem: [https://www.tjpr.jus.br/editalis?p\\_p\\_id=br\\_jus\\_tjpr\\_portlet\\_licitacao\\_LicitacaoPortlet&p\\_p\\_lifecycle=2&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_resource\\_id=download&p\\_p\\_cacheability=cacheLevelPage&\\_br\\_jus\\_tjpr\\_portlet\\_licitacao\\_LicitacaoPortlet\\_mvcPath=%2Fview.jsp&\\_br\\_jus\\_tjpr\\_portlet\\_licitacao\\_Licitacao](https://www.tjpr.jus.br/editalis?p_p_id=br_jus_tjpr_portlet_licitacao_LicitacaoPortlet&p_p_lifecycle=2&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_resource_id=download&p_p_cacheability=cacheLevelPage&_br_jus_tjpr_portlet_licitacao_LicitacaoPortlet_mvcPath=%2Fview.jsp&_br_jus_tjpr_portlet_licitacao_Licitacao)  
\*O exemplo de referência é meramente ilustrativo.

3.4. Em havendo divergência entre as descrições e especificações eventualmente contidas no Catálogo de Materiais (CATMAT) e aquelas estabelecidas no presente Termo de Referência, prevalecerão, para todos os efeitos, as disposições aqui delineadas, por refletirem com maior precisão as exigências técnicas e operacionais específicas do objeto contratado.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI N. 14.133/21):

4.1. Conforme seção 2 do Estudo Técnico Preliminar:  
Termo de Referência | TR - Fraldário - Adequação AJUR (37634163) SEI 06410002.003405/2024-10 / pg. 1



- 2.1. A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN) possui como missão institucional prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Complementar Estadual nº 251/2003 e demais normativos aplicáveis.
- 2.2. Os núcleos regionais e especializados, que compõem a estrutura da DPE/RN, constituem órgãos de atendimento e acolhimento ao público, recebendo diariamente assistidos em suas dependências. Muitos destes usuários comparecem acompanhados de crianças de tenra idade, cujas necessidades fisiológicas demandam a troca de fraldas em ambiente adequado, higiênico e seguro.
- 2.3. A disponibilização de trocadores de fraldas horizontais retráteis nos núcleos de atuação da Defensoria tem como finalidade assegurar um atendimento mais digno e humanizado, em consonância com os direitos fundamentais da criança previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016).
- 2.4. A necessidade institucional consiste na instalação de trocadores de fraldas horizontais retráteis nos núcleos da DPE/RN, de forma a proporcionar condições adequadas de acolhimento às crianças acompanhadas pelos assistidos, garantindo conforto, higiene, acessibilidade e segurança.
- 2.5. Atualmente, a inexistência de banheiros familiares nos núcleos de atendimento da Defensoria Pública dificulta que pais e responsáveis de ambos os sexos possam realizar, com segurança e praticidade, a troca de fraldas de crianças sob seus cuidados. A ausência desse equipamento compromete a acessibilidade e o conforto no atendimento, tornando imperiosa a sua implementação.
- 2.6. Nesse sentido, com vistas a promover os direitos e garantias basilares conferidos à criança pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Marco Legal da Primeira Infância, dentre os quais à vida, à saúde e à dignidade (art. 4º, Lei nº 8.069/1990; art. 3º, Lei nº 13.257/2016), visa-se à instalação de trocadores de fraldas horizontais nos banheiros localizados nos núcleos de atuação, nada obstante a ausência, até o presente momento, de disposição legal regional ou mesmo local que imponha diretamente a instalação por parte das instituições públicas em atividade.
- 2.7. A implementação do aludido equipamento nas instalações sanitárias das unidades de atendimento defensoriais visa acolher os assistidos que se façam presentes nas dependências da instituição acompanhados de crianças, cujas necessidades fisiológicas impliquem na troca de fraldas descartáveis em suportes materiais que possibilitem a manipulação do infante com maior conforto, praticidade e em condições que facilitem o descarte de fraldas utilizadas.
- 2.8. Dada a ausência de banheiros familiares junto aos núcleos de atuação da Defensoria Pública e albergando-se a possibilidade de que genitores e responsáveis de ambos os sexos procedam com os cuidados da criança as quais estejam sob sua guarda, estima-se um quantitativo de 02 (dois) trocadores por núcleo de atuação defensorial, a serem instalados nos toaletes masculino e feminino, para aqueles imóveis que não dispõem de banheiro acessível unissex.

4.2. Conforme observa-se, o problema a ser solucionado decorre da inexistência, nos núcleos de atendimento da DPE/RN, de espaços adequados para a troca de fraldas de crianças que acompanham seus responsáveis durante o atendimento. A ausência desse equipamento compromete a acessibilidade e o acolhimento, gerando desconforto tanto para os assistidos quanto para as crianças, em afronta aos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016).

4.3. O Estudo Técnico Preliminar (ETP - Processo SEI nº 06410002.003405/2024-10), demonstrou que a demanda institucional é concreta e permanente, estimando, a partir do levantamento feito pela Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Projetos (CEAP), a necessidade de 35 (trinta e cinco) unidades de trocadores de fraldas retráteis horizontais, vinculadas diretamente aos banheiros acessíveis dos núcleos existentes.

4.4. Ainda, por razões de prudência administrativa e planejamento estratégico, o ETP recomendou a inclusão de 5 (cinco) unidades adicionais, totalizando 40 (quarenta) equipamentos, de modo a atender eventuais expansões e evitar a deflagração de novos procedimentos licitatórios em curto espaço de tempo.

4.5. Conforme detalhado no ETP, a solução proposta justifica-se pela necessidade institucional de assegurar infraestrutura mínima de acolhimento, de modo a promover acessibilidade universal e atendimento humanizado, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público (art. 5º da Lei nº 14.133/2021). Ressalta-se que a inclusão da margem de segurança representa apenas 13,51% do quantitativo base, sem impacto financeiro significativo frente aos custos de nova licitação.

4.6. Dessa forma, a contratação ora fundamentada encontra pleno respaldo nas análises técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar e na legislação vigente, sendo adequada, necessária e proporcional para garantir que os núcleos da DPE/RN estejam preparados para atender às demandas atuais e futuras, assegurando condições dignas de atendimento às crianças e famílias assistidas.

5. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “C”, DA LEI N. 14.133/21):**

5.1. A solução delineada no Estudo Técnico Preliminar consiste na futura **AQUISIÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TROCADORES DE FRALDAS RETRÁTEIS HORIZONTAIS DE PAREDE**, destinados a equipar os núcleos de atendimento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN).

5.2. Após análise comparativa de alternativas existentes no mercado, verificou-se que a solução representa a opção mais vantajosa sob os aspectos técnicos, econômicos e de durabilidade, superando soluções em MDF, que apresentam maior vulnerabilidade à umidade, desgaste precoce e, consequentemente, custos adicionais de manutenção e reposição.

5.3. A solução proposta atende integralmente ao ciclo de vida do objeto, abrangendo desde a fabricação, transporte, acondicionamento e entrega dos equipamentos, até a instalação nos núcleos da DPE/RN previamente indicados pela Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Projetos (CEAP). O fornecimento incluirá kit completo de fixação, manual em língua portuguesa e garantia do produto durante o prazo de garantia. Após a entrega e instalação, será realizado o recebimento provisório, seguido de vistoria técnica para fins de recebimento definitivo.

5.4. A contratada ficará responsável por prestar a garantia do produto durante, no mínimo, 12 (doze) meses, assegurando que eventuais falhas ou defeitos de fabricação sejam sanados sem ônus para a Administração.

5.5. Considera-se, ainda, a vida útil mínima estimada de 5 (cinco) anos em condições normais de uso, conforme especificações técnicas. Deve-se, ainda, assegurar a destinação ambientalmente adequada dos equipamentos substituídos ou inservíveis, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), incluindo logística reversa de eventuais resíduos de instalação e embalagens utilizadas no fornecimento.

5.6. Do ponto de vista da sustentabilidade, a solução contempla sugestão de uso de materiais recicláveis ou reciclados em embalagens, adoção de logística reversa para destinação adequada de resíduos e preferência por produtos com aditivos antibacterianos, que reduzem a proliferação de microrganismos e, por consequência, diminuem o uso de agentes de limpeza agressivos. Tais medidas contribuem para reduzir impactos ambientais e alinham-se às diretrizes de consumo sustentável da Administração Pública.

5.7. A descrição da solução contempla também a padronização institucional. A instalação dos trocadores de fraldas em todos os núcleos regionais e especializados reforça a identidade de atendimento da DPE/RN, promovendo a igualdade de condições no acolhimento das famílias assistidas, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da isonomia.

5.8. Ao proporcionar ambiente seguro, acessível e higiênico para crianças de tenra idade, a solução assegura o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016).

5.9. A solução integra-se ao funcionamento da DPE/RN de forma direta e estratégica. Sua implementação não gera custos permanentes de operação além da instalação inicial e manutenção preventiva, mas traz benefícios contínuos à acessibilidade e à dignidade dos atendimentos. O uso de equipamento retrátil permite otimizar espaços físicos, sendo especialmente adequado para núcleos com áreas reduzidas.

5.10. O modelo proposto alia maior durabilidade, facilidade de higienização, segurança contra acidentes e adequação normativa, aspectos que não são plenamente atendidos por soluções alternativas, como trocadores de MDF. A adoção do Sistema de Registro de Preços confere flexibilidade à contratação, permitindo aquisição de acordo com a necessidade real, sem comprometer o orçamento com compras desnecessárias.

5.11. Assim, a solução descrita traduz-se em medida eficiente, eficaz e sustentável, atendendo aos requisitos técnicos e funcionais identificados no Estudo Técnico Preliminar, alinhando-se às melhores práticas de gestão pública e assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

6. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “D”, DA LEI N. 14.133/21):**

6.1. A presente contratação deverá observar os requisitos técnicos, funcionais, operacionais e legais essenciais à aquisição, fornecimento e instalação de trocadores de fraldas retráteis horizontais de parede, assegurando a adequada qualidade, durabilidade, sustentabilidade e atendimento das necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

6.2. **Requisitos legais**

- 6.2.1. O processo de contratação deve estar aderente à:
- I - Constituição Federal;
  - II - Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
  - III - Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados);
  - IV - Resolução nº 310 - CSDP/RN, de 22 de agosto de 2023 (Adota a regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte);
  - V - Resolução nº 324/2024-CSDP, 12 de julho de 2024 (Regulamenta o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte);
  - VI - Resolução nº 338/2024 - CSDP, de 28 de agosto de 2024 (Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamentos nos processos de aquisição de bens e/ou contratação de serviços regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte);
  - VII - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências);
  - VIII - Demais normas aplicáveis à Administração Pública e que estejam diretamente vinculadas ao objeto da licitação.

6.2.2. O conjunto normativo apresentado serve apenas como exemplo e deve ser adaptado conforme a exigência da situação de contratação, garantindo a incorporação de novas leis e a conformidade com regulamentações específicas da Administração Pública, especialmente aquelas estabelecidas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

6.3. **Requisitos técnicos do objeto**

- I - Trocador de fraldas retrátil horizontal, destinado à instalação em banheiros acessíveis ou, na ausência destes, em banheiros masculino e feminino;
- II - Capacidade mínima de 25 kg, sendo desejada resistência estática de até 90 kg, conforme modelos de mercado, garantindo robustez e segurança;
- III - Estrutura em plástico de engenharia (polipropileno, polietileno, PVC ou equivalente), com tratamento antibacteriano, associada a reforço metálico interno ou solução técnica equivalente que comprove desempenho de igual ou superior qualidade, assegurando resistência, atoxicidade, facilidade de higienização e alta durabilidade.
- IV - Sistema retrátil com movimento suave e assistido;
- V - Bordas arredondadas, sem arestas cortantes ou pontos de esmagamento;
- VI - Cinto de segurança com, no mínimo, três pontos de fixação, confeccionado em material de elevada resistência;
- VII - Superfície lisa, impermeável, de fácil higienização e compatível com desinfecção por produtos de uso hospitalar, sem alteração de cor ou perda de resistência;
- VIII - Equipado com dois ganchos embutidos para apoio de bolsas e dois suportes para lenços ou acessórios;
- IX - Dimensões aproximadas: entre 565mm de largura e 894mm de comprimento, admitidas variações de projeto de até 10% para mais ou para menos, desde que não comprometam a funcionalidade e a conformidade com a NBR 9050/2020
- X - Sistema retrátil com projeção máxima da parede: aberto até 650mm / fechado até 115mm;

- XI - Fornecimento acompanhado de kit completo de instalação, com parafusos, buchas e acessórios adequados para alvenaria ou drywall reforçado;

XII - Manual de instalação, uso e manutenção em língua portuguesa;

XIII - Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.
- 6.4. Requisitos funcionais e operacionais

I - Facilidade de abertura e fechamento com apenas uma das mãos, assegurando praticidade para o responsável;

II - Sistema de travamento seguro quando fechado, prevenindo abertura acidental;

III - Design ergonômico, que assegure conforto à criança e praticidade ao responsável durante a troca;

IV - Compatibilidade com banheiros acessíveis e atendimento às disposições da ABNT 9050:2020;

V - Resistência e durabilidade compatíveis com uso frequente em ambientes de atendimento ao público;

VI - Instalação a cargo da contratada, realizada por profissional habilitado, com emissão de atestado de conformidade da instalação em cada núcleo
- 6.4.1. Em adição aos requisitos do item 6.4:

I - Conformidade com normas técnicas aplicáveis, em especial:

a) ABNT 9050:2020 – Acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;

II - Outras normas pertinentes para materiais e mobiliário de uso coletivo;

III - Resistência mínima comprovada por laudos ou declarações do fabricante, atestando capacidade de carga e durabilidade;

IV - Garantia de que os padrões de qualidade, desempenho e segurança sejam mantidos durante todo o período de garantia contratual.

V - Entrega dos produtos devidamente embalados, em perfeitas condições de uso, higiene e conservação.
- 6.5. Padrões mínimos de qualidade e desempenho

I - Conformidade com normas técnicas aplicáveis, em especial:

a) ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;

II - Outras normas pertinentes para materiais e mobiliário de uso coletivo;

III - Resistência mínima comprovada por laudos ou declarações do fabricante, atestando capacidade de carga e durabilidade;

IV - Garantia de que os padrões de qualidade, desempenho e segurança sejam mantidos durante todo o período de garantia contratual.
- 6.5.1. Em adição aos requisitos do item 6.5:

I - O objeto deverá possuir certificações de conformidade com padrões de segurança e qualidade reconhecidos.

II - O equipamento deverá ter vida útil mínima compatível com seu uso institucional, resistindo a ambientes de grande circulação.

III - O produto deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, sem defeitos de fabricação, atendendo aos padrões exigidos no mercado.
- 6.6. Entrega, acondicionamento e embalagem

I - Os produtos deverão ser entregues novos, em primeira utilização, devidamente embalados pelo fabricante.

II - Cada unidade deve estar acondicionada em embalagem individual resistente, que assegure proteção contra impactos, umidade, poeira e demais agentes externo

III - As embalagens externas deverão conter, de forma legível:

a) identificação do produto;

b) identificação do fabricante;

c) número do lote;

d) data de fabricação;

e) prazo de validade da garantia.

IV - As embalagens deverão ser compatíveis com às práticas de sustentabilidade.

V - O transporte até os locais de entrega deverá garantir a integridade e qualidade do produto, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, frete e seguro.
- 6.7. Critérios e práticas de sustentabilidade

I - Utilização, sempre que possível, de materiais recicláveis ou reciclados no processo de fabricação;

II - Embalagens sustentáveis, recicláveis ou biodegradáveis, devendo a contratada dar destinação ambientalmente adequada;

III - Adoção de práticas de logística reversa para resíduos de instalação (embalagens, plásticos e metais);

IV - Incentivo à aquisição de produtos que possuam certificações voluntárias de sustentabilidade ou segurança, desde que não configurem restrição de competitividade.
- 6.8. Requisitos de Garantia

6.9. O fornecedor deverá observar as disposições do art. 26 da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), assegurando à Administração o direito de reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação a partir da entrega efetiva do objeto. Do mesmo modo, será possível reclamar por vícios ocultos que venham a se manifestar posteriormente, a contar do momento em que forem identificados, conforme § 3º do referido artigo.

6.10. O fornecimento deverá incluir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, abrangendo a substituição de peças ou equipamentos defeituosos, sem qualquer ônus para a Administração.

6.11. Nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratada será responsável por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente e às suas expensas, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais empregados.

6.12. A garantia tem por objetivo assegurar que os produtos permaneçam em perfeitas condições de uso, sem qualquer custo adicional para a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte. Os itens que apresentarem vício ou defeito dentro do período de vigência deverão ser substituídos por novos, de primeiro uso, originais e que mantenham padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos originais.

6.13. A garantia deverá abranger a reparação de todo e qualquer defeito de fabricação (manutenção corretiva), sempre executada pela própria contratada. Em caso de produtos defeituosos que não possam ser reparados, o fornecedor deverá providenciar a substituição em prazo adequado, conforme estabelecido a seguir

6.14. Após ser formalmente notificada, a contratada deverá realizar a reparação ou substituição dos itens defeituosos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

6.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade exclusiva da contratada.

6.16. A garantia contratual oferecida possui prazo de vigência próprio e independente da vigência do instrumento contratual, permitindo à Administração aplicar penalidades em caso de descumprimento de suas condições, ainda que expirada a vigência da ordem de fornecimento.
- 6.17. Critérios e práticas de sustentabilidade

I - Utilização, sempre que possível, de materiais recicláveis ou reciclados no processo de fabricação;

II - Embalagens sustentáveis, recicláveis ou biodegradáveis, devendo a contratada dar destinação ambientalmente adequada;

III - Adoção de práticas de logística reversa para resíduos de instalação (embalagens, plásticos e metais);

IV - Incentivo à aquisição de produtos que possuam certificações voluntárias de sustentabilidade ou segurança, desde que não configurem restrição de competitividade.
- 6.18. Subcontratação parcial

6.18.1. Tendo em vista a natureza do objeto, admite-se a subcontratação parcial, restrita exclusivamente à execução dos serviços de montagem e instalação dos trocadores de fraldas.

6.18.2. A empresa contratada permanecerá integral e solidariamente responsável perante a Administração pela correta execução do objeto, devendo fiscalizar e gerenciar diretamente os serviços executados pela subcontratada, respondendo por quaisquer falhas, vícios ou inadimplementos.

6.18.3. A subcontratação não poderá gerar qualquer ônus adicional para a Administração, tampouco poderá importar em repasse integral do objeto contratual, que deverá permanecer sob a responsabilidade da contratada.

6.18.4. A intenção de subcontratar deverá ser previamente comunicada à Administração, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, mediante apresentação de justificativa técnica e formal. A subcontratação somente será permitida após manifestação expressa de concordância da Administração.

6.18.5. A empresa subcontratada deverá comprovar sua habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como sua qualificação técnica, para a execução dos serviços a serem subcontratados.

6.18.6. O descumprimento dessas condições implicará nulidade da subcontratação, sujeitando a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

- 6.19.

Da antecipação de pagamento

6.19.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, em atenção ao artigo 17 da Resolução nº 338/2024-CSDP/RN, de 28 de agosto de 2024, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.
- 6.20.

Da cessão de crédito

6.20.1. A cessão fiduciária de crédito somente será possível mediante termo aditivo, comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, ausência de impedimento de contratar, e desde que não afete a execução contratual.
- 6.21.

Garantia da Contratação

6.21.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021.
- 6.22.

Vedação à participação de consórcios

6.22.1. Nos termos do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas em consórcio é permitida nas licitações públicas, salvo quando houver vedação devidamente justificada no processo licitatório.

6.22.2. Considerando a natureza do objeto desta contratação, que envolve a aquisição, fornecimento e instalação de trocadores de fraldas retráteis horizontais de parede em quantitativo reduzido e de características padronizadas, entende-se que não se justifica a admissão de consórcios.

6.22.3. O objeto licitado não apresenta complexidade técnica ou vulto econômico que justifique a necessidade de reunião de empresas em consórcio. Trata-se de fornecimento comum e padronizado, cujo atendimento pode ser plenamente realizado por empresas individualmente habilitadas no mercado. A possibilidade de consórcios, nesse contexto, não amplia a competitividade, mas pode gerar aumento desnecessário de burocracia, elevação dos custos administrativos e dificuldades adicionais de fiscalização e gestão contratual, em desacordo com os princípios da eficiência e economicidade previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

6.22.4. Ademais, como se trata de procedimento de registro de preços, a contratação efetiva ocorrerá de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, o que demanda agilidade na emissão de ordens de fornecimento e na execução das entregas e instalações. A atuação de consórcios, pela sua própria natureza, pode comprometer essa celeridade, em razão de governança compartilhada e eventuais divergências entre consorciadas.

6.22.5. Diante do exposto, fica vedada a participação de empresas em consórcio neste certame, por não se revelar compatível com a natureza e a finalidade da contratação, medida que se fundamenta em critérios técnicos e de gestão contratual, assegurando a eficiência do processo e a segurança jurídica da licitação.
- 6.23.

Da alteração subjetiva: Fusão, Cisão ou Incorporação

6.23.1. A fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica será admissível, desde que a nova entidade cumpra todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original. Além disso, devem ser mantidas todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo haver prejuízo à execução do objeto pactuado. É imprescindível, também, que haja a anuência expressa da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte para a continuidade da ordem de fornecimento.

7.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI N. 14.133/21):

- 7.1.

A forma de seleção do fornecedor será por procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, por meio do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com fulcro no artigo 82 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 324/2024-CSDP, de 12 de janeiro de 2024, da DPE/RN.

DO FAVORECIMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

- 7.2.

Deverá ser concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, previstos na Lei Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020 e, supletivamente, com as disposições da Lei Complementar Federal nº 123/2006, na hipótese do orçamento estimado, **a ser definido e confirmado com a pesquisa mercadológica**, indicar um montante de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
- 7.3.

Desta feita, ressalta-se que o levantamento de valores para fins de verificação da aplicabilidade do tratamento favorecido deverá ter como base o **orçamento definitivo**, de modo a permitir, com precisão, a identificação dos itens passíveis de destinação exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com os limites estabelecidos na legislação estadual, cuja definição sobre a exclusividade ou não da licitação competirá à Coordenadoria de Licitações no momento de elaboração do Edital, em consonância com os valores do orçamento estimado de cada item em sede de pesquisa mercadológica.

DA NÃO DIVISÃO EM ITENS

- 7.4.

O objeto da presente contratação consiste na aquisição, fornecimento e instalação de trocadores de fraldas retráteis horizontais de parede, padronizados quanto às suas especificações técnicas e destinados a equipar os núcleos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN).
- 7.5.

O levantamento técnico realizado pela Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Projetos (CEAP), constante do Estudo Técnico Preliminar (ID 32773354), identificou a necessidade estimada de 35 unidades vinculadas diretamente aos banheiros acessíveis já existentes, acrescidas de 5 unidades como margem de segurança para expansão futura, totalizando 40 unidades estimadas.
- 7.6.

A análise do objeto demonstra que não há diversidade de modelos, funcionalidades ou características que justifiquem sua divisão em itens distintos. Todos os equipamentos devem ser idênticos em especificação, material, dimensões e padrões mínimos de qualidade e desempenho, sob pena de comprometer a padronização necessária aos núcleos da DPE/RN.
- 7.7.

A utilização de diferentes tipos de trocadores, oriundos de fornecedores distintos, poderia gerar heterogeneidade no atendimento, diferenças de durabilidade, variações na instalação e dificuldade de manutenção, elevando os custos de gestão contratual e comprometendo a eficiência e a uniformidade do serviço prestado.
- 7.8.

Além disso, a divisão em itens fragmentados poderia reduzir a economia de escala, acarretando aumento de preços unitários e perda da vantajosidade, em violação ao princípio da economicidade. O fornecimento integral em lote único possibilita a consolidação logística e a simplificação da fiscalização, permitindo à Administração centralizar o acompanhamento da instalação e da garantia do produto junto a um único fornecedor. Essa concentração é especialmente relevante em razão da dispersão geográfica dos núcleos da DPE/RN em todo o território estadual, demandando gestão coordenada e eficiente.
- 7.9.

Do ponto de vista técnico, a natureza do objeto – trocadores de fraldas retráteis de especificações padronizadas – não comporta subdivisão. A fragmentação em itens artificiais não aumentaria a competitividade, pois o mercado fornecedor possui ampla capacidade de atender ao quantitativo total, conforme demonstrado na pesquisa de contratações similares de outras Defensorias e órgãos públicos. Ao contrário, a divisão poderia gerar riscos adicionais de atrasos e de inconsistência na execução contratual, sem qualquer ganho de eficiência.
- 7.10.

Dessa forma, em observância ao levantamento realizado no Estudo Técnico Preliminar e às peculiaridades do objeto, conclui-se que a contratação deve ocorrer em lote único, sem parcelamento ou divisão em itens, medida que assegura padronização, economicidade, eficiência na gestão contratual e plena segurança jurídica ao certame.

PROPOSTAS DE PREÇOS

- 7.11.

As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da data de abertura do certame, na forma do art. 90, §3º da Lei nº 14.133/2021, em razão da baixa complexidade do objeto, bem como na sua adequação para permitir que a Administração conclua o trâmite administrativo sem prolongamentos excessivos, evitando assim possíveis oscilações no mercado que possam depreciar o valor proposto.
- 7.12.

Os licitantes deverão encaminhar suas propostas observando este Termo de Referência, atentando-se, também, para as disposições no Edital acerca do envio e encaminhamento de tais propostas.
- 7.13.

As propostas de preços escritas, quando eventualmente solicitadas, deverão ser redigidas em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, formulada em conformidade com as condições estabelecidas, e dela deverão constar:

a) razão social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (e-mail);

b) descrição do objeto, com indicação da marca/modelo/fabricante, quantidade, unidade, valor unitário e total (R\$).
- 7.14.

As empresas inscritas no Simples Nacional ficam dispensadas da apresentação do destaque do ICMS, consoante art. 4º do Decreto Estadual n. 21.034/2009, devendo apresentar a comprovação dessa condição.
- 7.15.

Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas, como impostos, taxas, embalagem, eventuais fretes, mão de obra, deslocamento de pessoal, instalação, transporte e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.
- 7.16.

Eventual divergência ente o preço total ofertado e o unitário, prevalecerá o valor ofertado como preço unitário.
- 7.17.

A proponente deverá preencher sua proposta conforme modelo anexado ao presente Termo de Referência.
- 7.18.

A proposta será desclassificada caso a amostra seja reprovada ou não tenha sido corrigida a ressalva apontada no parecer que aprovou com ressalva, devendo, assim, o licitante ser notificado para ciência e retirada da amostra no prazo de até 10 (dez) dias úteis. Caso não retire, será presumido seu desinteresse e poderá a DPE/RN adotar medidas para desfazimento do produto.
- 7.19.

A desclassificação da proposta acarretará o chamamento do segundo colocado, adotando-se mesmo posicionamento quanto aos critérios de aceitação.
- 7.20.

As dimensões constantes na descrição são medidas mínimas exigidas, podendo variar para mais desde que não afetem o padrão ergonômico estabelecido pela DPE/RN e estejam nos limites de dimensões estabelecidos em normas técnicas da ABNT.
- 7.21.

Em caso de empate das propostas, deve-se observar os critérios definidos no artigo 60, da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive no que diz respeito à equidade de homens e mulheres no ambiente de trabalho.

DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.22.

A análise das propostas objetivará o atendimento das condições estabelecidas neste termo de referência, sendo desclassificada a proposta que:

a) Contenha emendas, rasuras ou borrões não ressalvados, ou que ponham em dúvida a seriedade e as informações essenciais à sua compreensão;

b) Não atenda às especificações técnicas contidas neste termo;

c) Não indique todas as informações exigidas pela Administração;

d) Não contenha, quando for o caso, as planilhas orçamentárias, geral e específicas, e de detalhamento analítico de cada preço unitário de serviços, não ressalvadas ou
- Termo de Referência | TR - Fraldário - Adequação AJOR (37/634163) | SEI 06410002.003405/2024-10 / pg. 4

- complementada pela proponente;
- e) As propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, conforme previsto no artigo 11, da Lei Federal n. 14.133/2021.
- f) Cujas amostras sejam reprovadas.
- g) Cujas amostras sejam aprovadas com ressalvas e, no prazo estabelecido, a licitante não adote medidas para sanar a divergência.
- h) Deixar de cumprir a cota de aprendiz a que a empresa está obrigada, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e artigo 429 e seguintes, do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

**HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 7.23. Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos, conforme a natureza da pessoa jurídica:
- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - b) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
  - c) Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  - d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
  - e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  - f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
  - g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 7.23.1. Os documentos apresentados, para fins de habilitação jurídica, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- 7.24. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma disciplinada pelo art. 68 da Lei Federal n. 14.133/2021, deverão ser apresentados:
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
  - b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
  - c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da pessoa jurídica;
    - c.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
  - d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
  - e) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
  - g) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021.

7.25. Para fins de habilitação no processo licitatório e para verificação na vigência do eventual contrato ou instrumento equivalente, a veracidade da declaração de licitante quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos de que trata o art. 63, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021 poderá, quando necessário, de ofício ou por provocação, ser comprovada por meio de certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ou ainda por outros meios de prova, tais como extratos dos dados registrados no e-Social (TCU - Acórdão n. 523/2025 - Plenário).

**HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 7.26. No que diz respeito à qualificação econômico-financeira, deverá ser apresentado:
- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
  - b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- 7.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 7.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**HABILITAÇÃO TÉCNICA**

- 7.29. Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional e operacional, a licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica ou documento similar, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, visando atestar que a empresa executou serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, em conformidade com o que dispõe a Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 7.30. Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características estabelecidas neste Termo de Referência.
- 7.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 7.32. O atestado de capacidade técnica deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente e conter, o nome do órgão contratante, o nome do responsável, endereço completo e telefone.
- 7.33. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado / objeto entregue.

**DA CONSULTA AO CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE**

- 7.34. Na fase de julgamento das propostas, o agente de contratação/pregoeiro deverá verificar se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) O CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, conforme Resolução nº 44/2007-CNJ e suas alterações, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico: [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
  - b) O CADASTRO NACIONAL DAS EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União – CGU, no endereço eletrônico: [www.portaltransparencia.gov.br/sancoes](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes), conforme Lei Federal nº 12.846/2013;
  - c) O CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes)).
- 7.35. A consulta aos cadastros será realizada pelo pregoeiro/agente de contratação em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n. 8.429, de 1992.

**DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGOS OU FOLDERS**

- 7.36. O(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar, no ato da proposta, arquivo digital do catálogo/folder do produto ofertado, contendo as especificações técnicas, imagens e dados do fabricante, podendo ser solicitada versão física complementar, se necessário, durante a fase de julgamento.
- 7.37. O arquivo digital do catálogo/folder deverá estar identificado com os seguintes dados:
- a) Número do Pregão.
  - b) Número correspondente ao item do Edital.
  - c) Razão social da licitante, endereço completo e número do telefone para contato.
- 7.38. Para fins de análise dos produtos contidos no catálogo/folder, a Coordenadoria de Licitações poderá solicitar o auxílio da Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Projetos (CEAP)

**DAS AMOSTRAS**

- 7.39. Caso o setor responsável entenda necessário, será solicitado ao vencedor amostras dos itens para entrega, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à convocação feita pelo pregoeiro (a), por meio do sistema eletrônico Comprasnet.
- 7.40. As amostras deverão ser entregues no Setor de Protocolo da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Sérgio Severo, 2037, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.063-380, aos cuidados da Coordenadoria de Licitações.
- 7.41. As amostras serão analisadas pela Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Projetos - CEAP, ficando estabelecido para critérios de análise e posterior aprovação das amostras:

- I - Análise de conformidade com as especificações técnicas deste termo de referência;
  - II - Análise de qualidade de materiais utilizados para a fabricação dos produtos; e
  - III - Análise de acabamento. Após essa verificação, a CEAP emitirá um parecer simplificado constando “aprovado sem ressalvas”, “aprovado com ressalvas” ou “reprovado”.
- 7.42. No caso de amostras aprovadas com ressalvas, a contratada poderá apresentar novo material em até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal.
- 7.43. Considerando a natureza do objeto a ser licitado — entende-se que a apresentação de amostras físicas poderá ser solicitada para fins de verificação do padrão de acabamento e material, como parte do julgamento da proposta mais bem classificada.
- 7.44. Após a análise da amostra, a licitante será notificada para realizar a retirada no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
- 7.45. Caso não proceda com a retirada, será presumido seu desinteresse, podendo a DPE/RN adotar medidas para desfazimento, tendo por base uma das modalidades previstas no Ato Normativo nº 001/2024-GDPGE/RN, de 11 de julho de 2024.

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E”, DA LEI N. 14.133/21):**

8.1. **Formalização da contratação**

- 8.1.1. A contratação decorrente do presente registro de preços será formalizada por meio de **Ordem de Fornecimento**, instrumento equivalente ao contrato, na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pela emissão da respectiva Nota de Empenho de despesa, após a verificação da manutenção das condições de habilitação.
- 8.1.2. A Ordem de Fornecimento conterá, no mínimo, a descrição do objeto, as obrigações das partes, o preço e a forma de pagamento, as condições de execução, as sanções administrativas aplicáveis e os casos de rescisão, em conformidade com os arts. 92 e 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.3. Nos termos do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, é dispensável a formalização da contratação por contrato tradicional nos casos em que a execução do objeto ocorra de forma imediata e integral, sendo suficiente, para fins de liquidação da despesa, a emissão da Nota de Empenho acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento.
- 8.1.4. No presente caso, contudo, a contratação sob o Sistema de Registro de Preços (SRP) prevê entregas futuras, parceladas e sob demanda, conforme requisições da Administração. Assim, a cada nova solicitação, a entrega e a instalação dos trocadores de fraldas deverão ser realizadas de acordo com o quantitativo solicitado, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do ato de recebimento da ordem de fornecimento e emissão de nota de empenho.
- 8.1.5. A Nota de Empenho emitida terá força vinculante e integrará, para todos os efeitos legais, a Ordem de Fornecimento, considerada como instrumento equivalente ao contrato.

8.2. **Da entrega e instalação**

8.2.1. **Dos prazos:**

- 8.2.1.1. **PARA FORNECIMENTO:** o prazo máximo para entrega dos equipamentos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do ato de recebimento da ordem de fornecimento e da correspondente nota de empenho.
- a) A entrega deverá ocorrer no horário de expediente (segunda a sexta-feira, das 08h às 15h), núcleos da Defensoria Pública do Estado, situadas na Capital e no Interior do Estado, cujos locais serão indicados na ordem de fornecimento.
  - b) Na hipótese de transcurso de 10 (dez) dias corridos após o envio da ordem de fornecimento e da nota de empenho sem a confirmação expressa de recebimento destes pelo contratado, o prazo para fornecimento iniciará automaticamente no dia seguinte a estes 10 (dez) dias.
- 8.2.1.2. **PARA INSTALAÇÃO:** em até 10 (dez) corridos, após a entrega dos equipamentos em cada núcleo.
- a) O prazo para instalação será contado de forma isolada para cada núcleo a partir da data de entrega em cada um, não sendo necessário que a entrega ocorra em todos os núcleos para que o prazo comece a ser contabilizado.
- 8.2.2. O agendamento prévio para entrega e montagem deverá ser feito com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sem prejuízo ao prazo máximo estipulado, por meio de um dos seguintes meios de contato:
- a) **e-mail:** patrimonio@dpe.rn.def.br;
  - b) **telefone:** (84) 99931-0719/ (84) 98139-4030.

- 8.3. A ordem de fornecimento terá prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da emissão pela autoridade competente.
- 8.4. O fornecedor deverá realizar a entrega e instalação de acordo com o quantitativo previsto na ordem de fornecimento, nos endereços indicados no anexo do presente Termo de Referência, salvo se houver orientação ou solicitação diversa por escrito.
- 8.5. Cada entrega será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado e qualquer alteração no endereço será comunicada à Contratada no ato do envio da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho.
- 8.6. Excepcionalmente, poderá ser concedida prorrogação do prazo de entrega exclusivamente nos casos imprevisíveis e inevitáveis, que não constituam álea contratual ou riscos ordinários da atividade empresarial e que estejam devidamente amparados na legislação vigente, tais como força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.
- 8.6.1. Não são considerados fatos excepcionais áleas contratuais inerentes ao risco da atividade empresarial, tais como férias coletivas, dificuldades operacionais, atraso na produção dos bens pelo fabricante, oscilações de mercado, questões logísticas de entrega, entre outros fatos considerados previsíveis.
- 8.6.2. O pedido de prorrogação deverá ser formalmente apresentado pelo FORNECEDOR ao CONTRATANTE antes do vencimento do prazo de entrega, sob pena de preclusão.
- 8.6.3. O requerimento de prorrogação deverá estar acompanhado de documentação comprobatória idônea, contendo: a descrição detalhada da ocorrência e sua imprevisibilidade; a justificativa fática, técnica e/ou jurídica que demonstre a impossibilidade de cumprimento do prazo inicialmente pactuado e os documentos comprobatórios; os esforços empreendidos pelo FORNECEDOR para mitigar os impactos do evento; a nova previsão de prazo necessária para a entrega.
- 8.6.4. A mera formalização do pedido de prorrogação não implica, em hipótese alguma, na suspensão automática do prazo de entrega originalmente estabelecido, devendo o FORNECEDOR dar continuidade às obrigações contratuais até decisão formal do CONTRATANTE.
- 8.6.5. O descumprimento dos prazos estabelecidos sem a prévia e expressa concessão de prorrogação pela Administração Pública sujeitará o FORNECEDOR às penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável.
- 8.6.6. Caberá à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte o controle do cumprimento do prazo de entrega/execução (por parte da empresa fornecedora) previsto no item anterior, devendo informar ao setor competente os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

8.7. **Do recebimento do objeto**

- 8.7.1. Para fins de verificação de conformidade dos bens entregues, o recebimento se dará da seguinte forma:
- a) **Provisório:** em até 05 (cinco) dias, pelo fiscal designado, para efeito de verificação de conformidade do objeto com as especificações técnicas estabelecidas no edital e proposta adjudicatária.
  - b) **Definitivo:** em até 10 (dez) dias, pela Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Projetos (CEAP), contados da data em que for realizada a instalação do equipamento, sem prejuízo da apresentação futura da nota fiscal ou documento equivalente.
- 8.7.2. Para fins de recebimento provisório, considerando que os equipamentos serão entregues em cada núcleo da Defensoria, o órgão designará um servidor responsável (em cada núcleo) para recebimento físico dos equipamentos, o qual ficará responsável pela elaboração, após o recebimento, de “Declaração de Recebimento” contendo todas as informações pertinentes aos equipamentos entregues, de modo que o prazo para recebimento provisório, pelo fiscal do contrato, será iniciado a partir do recebimento da referida declaração.
- 8.7.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade do fornecedor dentro dos limites estabelecidos em lei.
- 8.7.4. No caso de os produtos serem entregues em desconformidade com a ordem de fornecimento, especificações estabelecidas ou proposta de preços, a Contratada deverá substituí-los no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da recusa pela empresa, correndo às suas expensas quaisquer custos advindos da substituição.
- 8.7.5. Enquanto não solucionada a pendência, ficarão suspensos os prazos para o recebimento definitivo.
- 8.7.6. Não serão recebidos os equipamentos e/ou serviços que:
- a) não estejam bem acondicionados.
  - b) sejam entregues em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas ou na proposta apresentada.
- 8.7.7. O recebimento definitivo, após conferência dos bens, se dará mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo, o qual será lavrado, no caso da necessidade de montagens dos bens, após completa conclusão dos trabalhos pela contratada.
- 8.7.8. Constatada qualquer inconformidade, o referido agente designado pelo recebimento deverá comunicar imediatamente à empresa contratada sobre os itens que não atendem ao requisito de validade estipulado, notificando-a formalmente para que proceda à substituição dos produtos não conformes em prazo a ser determinado.
- 8.7.9. A execução metódica deste procedimento de verificação visa assegurar o cumprimento integral das especificações do objeto licitado, garantindo que todos os mantenham sua eficácia e segurança durante o período mínimo estipulado após a entrega. Esta medida contribui para a otimização dos recursos públicos e para a manutenção da qualidade dos produtos fornecidos à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.
- 8.7.10. A Administração não aceitará bens que apresentem quaisquer indícios de danos físicos, tais como arranhões, deformações ou sinais de armazenamento inadequado. Igualmente, serão recusados itens que não estejam em plena consonância com as especificações delineadas no Termo de Referência.
- 8.7.11. Na eventualidade de ocorrência de tais inconformidades, caberá à empresa fornecedora proceder à substituição dos produtos em questão, sem que isso implique em ônus adicionais para a Contratante.
- 8.7.12. A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do responsável pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento equivalente a termo de contrato, supervisionará a entrega efetiva do objeto e fornecerá esclarecimentos para resolver quaisquer dúvidas que possam surgir relacionadas ao processo de recebimento dele.

8.8. **Da fiscalização da Ordem de Fornecimento**

- 8.8.1.

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por fiscal designado pela Defensoria Pública, ou, em sua ausência, pelos respectivos substitutos legais, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.8.2.

A fiscalização abrangerá, além da entrega e instalação, o acompanhamento da garantia contratual pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, devendo a contratada sanar, sem ônus para a Administração, eventuais vícios ou falhas identificados.
- 8.8.3.

Compete ao fiscal:

a) conhecer as condições estabelecidas no presente Termo de Referência e no edital, conferindo a conformidade técnica do objeto entregue;

b) registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, adotando providências necessárias à regularização de falhas ou defeitos mediante notificação à contratada;

c) acompanhar a correção de inconformidades e verificar a adequação das substituições realizadas;

d) analisar os documentos apresentados para pagamento, conferindo-os com as condições estabelecidas na ata, atestando a nota fiscal ou, se necessário, devolvendo-a para regularização;

e) propor glosas administrativas quando constatadas irregularidades, observados os prazos da Resolução nº 11/2024 do TCE/RN e da Resolução nº 338/2024-CSDP;

f) acompanhar a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e de FGTS da contratada, notificando-a sempre que identificadas irregularidades;

g) abster-se de tomar decisões que ultrapassem sua competência, informando ao gestor em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis;

h) utilizar, sempre que possível, checklists de verificação e relatórios de entrega/montagem para assegurar a rastreabilidade da fiscalização descentralizada.
- 8.8.4.

O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da DPE/RN, que deverão esclarecer dúvidas e fornecer informações para prevenir riscos na execução contratual (art. 117, §3º, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.9.

**Da gestão da Ordem de Fornecimento**
- 8.9.1.

Compete ao gestor do instrumento equivalente ao contrato:

a) acompanhar e controlar o processo de execução da Ordem de Fornecimento, desde a formalização até o encerramento da sua vigência;

b) organizar e instruir a documentação relativa à contratação e execução;

c) gerenciar a expedição das ordens de fornecimento, observando os quantitativos registrados;

d) avaliar descumprimentos contratuais apontados pelo fiscal, adotando os trâmites necessários à notificação da contratada e à aplicação de sanções administrativas;

e) prestar informações tempestivas aos órgãos de controle interno e externo;

f) realizar notificações formais à contratada sempre que necessário, bem como promover reuniões administrativas para adequação da execução;

g) comunicar ao ordenador de despesas os casos de inexecução contratual não solucionados, para a adoção das medidas cabíveis;

h) emitir visto em notas fiscais, mediante prévio atesto do fiscal;

i) coordenar todo o processo de acompanhamento e fiscalização, assegurando a atualização do histórico processual com registros de execução;

j) garantir que fiscal e gestor atuem de forma integrada, com a formalização de registros e comunicação tempestiva de inconformidades.
- 8.10.

Os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização, bem como seus substitutos, serão designados por portaria do Defensor Público-Geral do Estado, publicada no Diário Oficial do Estado.
- 8.11.

Os requisitos de fornecimento, entrega e recebimento do objeto estão disciplinados nos **itens 8.2 a 8.7.12** deste Termo de Referência.
- 8.12.

**Das obrigações das partes.**
- 8.12.1.

São obrigações e responsabilidades **da contratante**:

I - Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, de acordo com a Ordem de Fornecimento, o presente Termo de Referência e seus anexos.

II - Nomear gestor e fiscal para acompanhamento e fiscalização da execução contratual, garantindo conformidade com os termos ajustados.

III - Prestar esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pela contratada, relativos à execução do objeto.

IV - Receber os bens e serviços nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento.

V - Notificar formalmente a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificados nos bens fornecidos ou na instalação realizada, exigindo sua correção.

VI - Acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento equivalente ao contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada, dirimindo dúvidas emergentes e adotando providências cabíveis.

VII - Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relevante relacionada à execução do objeto.

VIII - Observar e exigir a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a execução contratual.

IX - Comunicar à contratada a emissão de nota fiscal em relação à parcela incontroversa da execução, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver divergência quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

X - Efetuar as retenções legalmente previstas sobre os pagamentos devidos, inclusive encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, nos termos da legislação aplicável.

XI - Efetuar o pagamento dos valores correspondentes à execução do objeto, nos prazos e condições estabelecidos.

XII - Aplicar sanções administrativas à contratada, quando cabíveis, em conformidade com a lei e o instrumento contratual.

XIII - Decidir sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressaltados os requerimentos impertinentes, protelatórios ou sem interesse público.

XIV - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas, nos termos do §4º do art. 137 e art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

XV - Eximir-se de qualquer responsabilidade por compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por danos causados a terceiros em decorrência de atos da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.12.2.

São obrigações e responsabilidades **da contratada**:

I - Fornecer e instalar os trocadores de fraldas com todas as características exigidas, observando integralmente as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, sendo vedadas soluções alternativas sem autorização expressa da contratante.

II - Cumprir rigorosamente os prazos e condições estabelecidos para entrega e instalação, observando o limite estabelecido a cada solicitação formalizada pela Administração.

III - Considerar os preços propostos completos e suficientes para execução do objeto, abrangendo todos os custos diretos e indiretos, inclusive transporte, montagem, tributos, taxas, encargos previdenciários, trabalhistas e securitários.

IV - Manter preposto ou representante legal aceito pela Defensoria Pública, disponível para responder por todas as questões relacionadas à execução, podendo ser convocado a qualquer tempo para adoção de providências imediatas, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021.

V - Atender às determinações do gestor e do fiscal designados, bem como às notificações formais da Administração.

VI - Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos e danos decorrentes do objeto fornecido e instalado, conforme os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor.

VII - Cumprir com a garantia mínima de 12 (doze) meses, responsabilizando-se pela substituição de peças ou equipamentos defeituosos, pela manutenção preventiva e corretiva, bem como por custos de transporte, desinstalação e reinstalação, sempre que necessário.

VIII - Submeter previamente, por escrito, quaisquer pedidos relativos à execução contratual, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para análise da contratante.

IX - Arcar com todas as despesas decorrentes da execução, incluindo tributos, taxas, contribuições, encargos sociais, custos de deslocamento, montagem, prestadores de serviços e previdenciários incidentes.

X - Não transferir ou subcontratar total ou parcialmente suas obrigações sem autorização expressa da Administração.

XI - Acusar formalmente o recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

XII - Respeitar os horários de funcionamento da contratante ou aqueles previamente acordados para entrega e instalação.

XIII - Apresentar, junto com a nota fiscal/fatura, documentos comprobatórios de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, exigidos para liquidação da despesa.

XIV - Acatar sugestões e recomendações técnicas da contratante quanto à execução contratual, especialmente no que se refere à entrega, instalação e manutenção dos bens.

XV - Manter todas as condições de habilitação durante a execução contratual.

XVI - Assumir a responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos causados à contratante e a terceiros em decorrência de culpa, dolo, imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito de seus colaboradores às normas técnicas e de segurança.

XVII - Atender às normas internas da Defensoria Pública relativas a pagamento, em especial a Resolução nº 338/2024-CSDP/RN, e às normas de segurança do trabalho expedidas por órgãos reguladores.

XVIII -Cumprir integralmente as demais obrigações previstas no edital, neste Termo de Referência e seus anexos.
9.

**DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO**
- 9.1.

Nos termos do artigo 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, e da Resolução nº 356/2025-CSDP a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, na condição de órgão gerenciador, promoverá, na fase preparatória do certame, a abertura do procedimento público de **Intenção de Registro de Preços (IRP)**.



- 9.2.

O objetivo da IRP é possibilitar, pelo prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública no futuro instrumento de registro de preços, assegurando maior planejamento, transparência e racionalidade à contratação. O prazo será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação da IRP no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, em conformidade com o art. 174 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.3.

O procedimento deverá contemplar a estimativa global de quantidades, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º do Decreto nº 11.462/2023, assegurando que as adesões sejam compatíveis com a economicidade, a vantajosidade e a capacidade de gerenciamento da Defensoria Pública.
- 9.4.

A Resolução nº 356/2025-CSDP reforça que a IRP é etapa obrigatória, salvo nas hipóteses de dispensa justificada, entre as quais se destacam:

a) quando a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte for o único contratante, em razão da especificidade do objeto;

b) quando a pesquisa mercadológica indicar que variações de alíquotas de impostos, encargos incidentes ou condições de entrega possam comprometer a economicidade da contratação;

c) quando a amplitude da contratação demonstrar inviabilidade de gerenciamento pela Defensoria Pública, desde que devidamente fundamentado;

d) quando o objeto exigir sigilo ou envolver segurança institucional.
- 9.5.

Tais hipóteses possuem caráter exemplificativo, podendo a área demandante, em casos excepcionais e devidamente justificados, identificar outras situações que impossibilitem a realização da IRP.
- 9.6.

Recebidos os pedidos de participação de outros órgãos ou entidades dentro do prazo legal, a Defensoria Pública do Estado poderá aceitá-los ou recusá-los, de forma motivada, especialmente nas seguintes situações:

a) quando os quantitativos solicitados forem considerados mínimos ou ínfimos;

b) quando houver inclusão de novos itens não previstos originalmente;

c) c) quando houver solicitação de itens de mesma natureza, porém com especificações divergentes;

d) quando houver pedido de inclusão de novos locais para entrega ou execução;

e) quando forem apresentadas condições técnico-operacionais incompatíveis com o planejamento do registro de preços.
- 9.7.

Assim, o procedimento de Intenção de Registro de Preços, ao tempo em que fortalece a governança da contratação, confere maior previsibilidade, transparência e racionalidade administrativa, em conformidade com os marcos normativos federais e com as resoluções próprias da Defensoria Pública do Estado.
- 9.8.

Por fim, ressalta-se que as disposições específicas quanto a Intenção de Registro de Preços encontram-se disciplinadas na Resolução nº 356/2025-CSDP, de 25 de julho de 2025, que alterou a Resolução nº 324/2024-CSDP, de 12 de julho de 2024, devendo a equipe do setor de licitações adotar as medidas para a devida observância.

10. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 10.1.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a aquisição dos relógios de ponto eletrônico biométrico e software está fundamentada na Resolução nº 324/2024-CSDP, que regulamenta a utilização do SRP no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.
- 10.2.

O SRP mostra-se apropriado para essa contratação, considerando a possibilidade de aquisições parceladas, de acordo com a expansão ou instalação de novos núcleos da Defensoria Pública. Além disso, o SRP permite maior flexibilidade na aquisição dos equipamentos e serviços associados, sem a necessidade de realizar novos processos licitatórios para cada aquisição adicional.
- 10.3.

Conforme previsto na Resolução nº 324/2024-CSDP, o uso do SRP é adequado para contratações de bens e serviços que eventualmente seja conveniente a aquisição de bens com previsão de entrega parcelada ou, em razão da natureza, não seja possível definir com precisão o quantitativo a ser demandado, o que amolda-se na situação apresentada. Ademais, a modalidade de registro de preços possibilita melhor gestão dos contratos e maior competitividade entre os fornecedores, assegurando economicidade e eficiência na execução contratual.
- 10.4.

Lado outro, nos termos da Resolução n. 324/2024-CSDP, após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do caput do art. 10 da mencionada resolução;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.5.

O registro a que se refere o item anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 10.6.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata o item anterior antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido inciso II, do **item 10.4**.
- 10.7.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o inciso II do **item 10.4** e do **subitem 10.6** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos artigos 23 e 24 da Resolução n. 324/2024-CSDP.
- 10.8.

O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.9.

A Ata de Registro de Preços terá validade inicial de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado que o preço permanece vantajoso.
- 10.10.

O controle e o gerenciamento da ata de registro de preços será realizada por meio de ferramenta de gestão de ata, conforme artigo 19, da Resolução nº 324/2024-CSDP.

DA ASSINATURA DA ATA

- 10.11.

Após os procedimentos para fins de formação da ata, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n. 14.133, de 2021.
- 10.12.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação formal do licitante ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Defensoria Pública.
- 10.13.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.13.1.

Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos, ficará facultado à Defensoria Pública convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 10.14.

Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata a alínea “a” do inciso II do **item 10.4** aceitar a contratação nos termos do disposto no caput deste artigo, a Defensoria Pública, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) Convocar os licitantes de que trata a alínea “b” do inciso II do **item 10.4** para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 10.15.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada (Art. 83, da Lei 14.133/21).

DA IMPOSSIBILIDADE DE ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.16.

Nos termos do artigo 18, da Resolução n. 324/2024-CSDP, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.
- 10.17.

O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto a:

a) os quantitativos e os saldos;

b) as solicitações de adesão; e

c) o remanejamento das quantidades.

DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 10.18.

Considerando o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como os arts. 25, § 7º, 80, 82, § 5º e 84 da Lei Federal n. 14.133/2021, e o art. 20 da Resolução n. 324/2024-CSDP, a Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de revisão e reajuste, conforme as seguintes disposições:

REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 10.18.1.

O reajuste de preço observará o princípio da anualidade, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.
- 10.18.2.

O pedido de reajuste dependerá de formalização de requerimento escrito pelo fornecedor. Caso ocorra a prorrogação da vigência da ata de registro de preços sem a formalização do pedido, este ficará precluso.
- 10.18.3.

O reajuste observará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mantido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado nos doze meses, a contar da data-base estabelecida.

- 10.18.4. Caso ocorra atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o órgão gerenciador poderá deferir a prorrogação da vigência da ata de registro de preços, ressalvando a possibilidade de análise posterior do pedido de reajuste de preços.
- 10.18.5. A formalização de aditivo de prorrogação do prazo de vigência sem a concessão de reajuste ou sem ressalva expressa de sua futura análise será interpretada como renúncia ou preclusão lógica do direito ao reajuste.um
- 10.18.6. No caso de extinção ou impossibilidade de utilização do índice estabelecido, será adotado outro índice oficial determinado pela legislação vigente. Caso não haja previsão legal, as partes definirão um novo índice por meio de termo aditivo.
- 10.18.7. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidir com a prorrogação da Ata de Registro de Preços, ocasião em que será formalizado por aditamento.

REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 10.18.8. A revisão excepcional dos preços registrados poderá ocorrer para estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata de registro de preços em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata de registro de preços, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco eventualmente estabelecida no instrumento e a manutenção da vantajosidade para a Administração Pública.
- 10.18.9. Os preços registrados poderão ser alterados também em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, o que poderá ser verificado pela Administração Pública mediante realização de pesquisa mercadológica atualizada.
- 10.18.10. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 10.18.11. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 10.18.12. Na hipótese prevista anteriormente, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 10.18.13. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
- 10.18.14. Poderão ensejar a revisão do preço, desde que se trate de fato superveniente à apresentação do orçamento-estimado e que restem comprovados os requisitos normativos previstos no art. 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, as seguintes situações, sem prejuízo de outras regularmente comprovadas: a) Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; b) Elevação dos custos incidentes sobre o objeto registrado, em decorrência de situações de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou eventos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis e exorbitantes; c) Superveniência de disposições normativas que impactem significativamente os valores registrados.
- 10.18.15. O pedido de revisão do preço deverá, sob pena de indeferimento, ser instruído pelo fornecedor com planilha de composição de custos, demonstrando as alterações ocorridas entre a data da proposta aceita pela Administração em sede de licitação e a data do pedido de reequilíbrio formalizado, bem como com documentos que comprovem, de forma efetiva, o fato alegado para alteração do preço.
- 10.18.16. A Administração poderá solicitar documentação complementar para subsidiar a análise do pedido de revisão ou reajuste, visando garantir a transparência e economicidade na gestão da Ata de Registro de Preços, incumbindo ao fornecedor apresentá-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.
- 10.18.17. A simples variação do preço do produto no mercado ou a variação cambial, por si só, não caracterizam álea extraordinária.
- 10.18.18. Para instruir o procedimento, o órgão gerenciador poderá realizar pesquisa mercadológica com preços atuais, conforme os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021 e na Resolução nº 298/2023-CSDPE/RN.
- 10.18.19. Na hipótese do pedido de revisão de preços não se mostrar mais vantajoso para a Administração Pública e desde que comprovados os requisitos normativos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Defensoria Pública poderá optar pela não concessão do aumento do preço registrado e pela liberação do fornecedor do compromisso. Antes do cancelamento da ata de registro de preços, os fornecedores do cadastro de reserva poderão ser consultados quanto ao interesse em assumir as obrigações da ata.
- 10.18.20. A revisão dos preços registrados será formalizada por meio de termo aditivo à Ata de Registro de Preços.
- 10.18.21. O pedido de revisão do preço formalizado após o recebimento de ordem de compra ou ordem de serviço não exime o fornecedor do cumprimento da requisição.
- 10.18.22. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado ou de pedidos genéricos, o pleito será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e da legislação aplicável.
- 10.18.23. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Defensoria Pública convocará os fornecedores do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação do procedimento licitatório, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 10.18.24. Se não obtiver êxito nas negociações, a Defensoria Pública procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E PREÇOS REGISTRADOS

- 10.19. O registro do fornecedor será cancelado pela Defensoria Pública do Estado, quando o fornecedor:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
  - b) não acusar o recebimento da nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Defensoria Pública sem justificativa razoável;
  - c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 22 da Resolução n. 324/2024- CSDP; ou
  - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.
- 10.20. Na hipótese prevista no **item "d"**, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, a Defensoria Pública poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 10.21. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por decisão da Defensoria Pública Geral, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 10.22. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Defensoria Pública poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 10.23. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Defensoria Pública, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- a) por razão de interesse público;
  - b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - c) Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no §3º do art. 22 e do §4º do art. 22 da Resolução n. 324/2024-CSDP.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 10.24. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
  - b) demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 22 da Lei Federal n. 14.133, de 2021; e
  - c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da Defensoria Pública e do fornecedor.
- 10.25. A autorização da Defensoria Pública apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 10.26. Após a autorização da Defensoria Pública, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 10.27. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pela Defensoria Pública, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 10.28. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o **item 10.24**:
- a) as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para a Defensoria Pública; e
  - b) o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Defensoria Pública, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “G”, DA LEI N. 14.133/21):

- 11.1. De acordo com a Resolução n. 338/2024-CSDP/RN, em resumo, o processo regular de liquidação e pagamento ocorrerá pelas seguintes etapas e prazos:

ETAPA	PROCEDIMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
Protocolo da cobrança	Apresentação de: documento fiscal; declaração de optante pelo Simples Nacional, se cabível; declaração do SICAF ou comprovação individual da regularidade fiscal, social e trabalhista.	Credor	Data do recebimento do objeto
Lançamento na lista geral de credores	Recebimento da solicitação de cobrança.		Imediatamente ao protocolo
Registro da fase “em liquidação”	Registro contábil da despesa no sistema orçamentário, financeiro e contábil da instituição, assim como das informações sobre as retenções tributárias e previdenciárias de origem não trabalhista no sistema EFD-Reinf.	Fiscal	Até 2 dias úteis do protocolo
		COPC	

Atesto (liquidação)	Verificação da documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, bem como se os bens entregues ou os serviços prestados atenderam às especificações e condições previamente acordadas.		Até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação de cobrança.
Pagamento	Por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.	Fiscal  COPC	O prazo para pagamento será limitado a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da emissão do termo de liquidação de despesa, sendo esse reduzido à metade para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Liquidação

- 11.2. O procedimento de liquidação da despesa iniciar-se-á a partir do protocolo, por parte do credor, da solicitação de cobrança perante o setor de fiscalização, incumbindo ao fiscal designado efetuar, de forma imediata, o lançamento do beneficiário do documento de cobrança na lista geral de credores, conforme os termos estabelecidos pela Resolução n. 338/2024-CSDP/RN.
- 11.3. A solicitação de cobrança será acompanhada de nota fiscal, fatura ou documento equivalente, de documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, além de qualquer outra espécie de documentação porventura exigida no instrumento equivalente ao contrato
- 11.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em conformidade com o Decreto Estadual n. 32.705/2023, assim como com a Instrução Normativa RFB n. 1234/2012.
- 11.5. No caso de a contratada ser pessoa jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), essa deverá anexar à nota fiscal/fatura declaração de acordo com o modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n. 1234, de 11 de janeiro de 2022, ou, alternativamente, consulta ao Portal Simples Nacional atualizada, devendo informar imediatamente à contratante qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional, conforme disposto no Art. 6º do referido diploma normativo.
- 11.6. Em se verificando o atraso no encaminhamento da nota fiscal, fatura ou documento necessário ao processo de liquidação da despesa ou, ainda, quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, o fiscal providenciará a notificação, por escrito e com comprovação do recebimento, da empresa contratada para regularização no prazo máximo de 2 dias úteis.
- 11.7. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, fatura ou recibo, a contratada deverá fornecer declaração emitida pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade, comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e órgãos fazendários federal, estadual e municipal, além de certidão negativa de débitos trabalhistas.
- 11.8. Devidamente autuada, a solicitação de cobrança protocolada deve ser encaminhada, no prazo máximo de 2 dias úteis, à Coordenadoria de Orçamento, Planejamento e Contabilidade da Defensoria Pública para que proceda, em igual prazo, ao registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil, bem como para que efetue o registro, tempestivo, das informações sobre as retenções tributárias e previdenciárias de origem não trabalhista no sistema público de escrituração fiscal digital de retenções e outras informações fiscais EFD-Reinf, na forma disciplinada pela Instrução Normativa RFB n. 2043, de 12 de agosto de 2021, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 2096, de 18 de julho de 2022, a teor do art. 9º da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN.
- 11.9. Tão logo efetuado o registro contábil a que se refere o artigo anterior, a Coordenadoria de Orçamento, Planejamento e Contabilidade devolverá ao responsável pela fiscalização e formalização do termo de liquidação da despesa, encaminhando-lhe a documentação apresentada pelo credor, devidamente acompanhada da cópia da correspondente nota de empenho, para fins de atesto da despesa, com o visto da fatura, recibo e/ou nota fiscal pelo gestor do instrumento equivalente ao contrato.
- 11.10. A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa.
- 11.11. Considera-se liquidação de despesa o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a execução do objeto ou de etapa do cronograma físico-financeiro, conforme o caso.
- 11.12. Quem detiver a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se os serviços prestados atenderam às especificações e condições previamente acordadas, a teor do que estabelece o art. 63 da Lei n. 4.320/1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.
- 11.13. O pagamento das indenizações previstas no § 2º do art. 138 e no art. 149 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade, ainda que o instrumento equivalente ao contrato já tenha sido encerrado.
- 11.14. O fiscal do termo, responsável pelo atesto da pertinente despesa, adotará as providências necessárias para a conclusão da etapa de liquidação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da apresentação da solicitação de cobrança, conforme art. 10 da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, o prazo para liquidação da despesa será reduzido pela metade.
- 11.15. Constatada qualquer pendência em relação ao documento fiscal, à prestação do serviço, à realização da obra, à locação ou à entrega do bem ou de parcela desse, o contratado deverá ser notificado e interromper-se-ão os prazos oponíveis à Defensoria Pública exclusivamente quanto a esse credor, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais credores posicionados na ordem cronológica das exigibilidades. Além disso, no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, nas contratações firmadas sob a égide da Lei n. 14.133/2021, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
- 11.16. Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.
- 11.17. A eventual perda das condições de que trata o caput não enseja, por si, retenção de pagamento pela Defensoria Pública do Estado.
- 11.18. Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Defensoria Pública deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação.
- 11.19. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Defensoria Pública, pode ocasionar a rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa em procedimento apuratório.
- 11.20. É facultada a retenção dos créditos decorrente do pacto firmado, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 11.21. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado, por escrito, para sanar as ocorrências relativas à execução do termo ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança perante a Defensoria Pública do Estado será tornada sem efeito, com a consequente exclusão da lista classificatória de credores.
- 11.22. O fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem do prazo de liquidação oponível à unidade administrativa contratante.
- 11.23. Nas contratações celebradas sob a égide da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, na forma do artigo 143 da referida lei.
- 11.24. A notificação do credor deverá conceder o prazo máximo de 2 dias úteis para regularização da situação, observando-se sempre o prazo estabelecido para cumprimento das obrigações relativas ao EFD-Reinf.

Prazo de pagamento

- 11.25. Na forma disciplinada pelo art. 11, § 2º, da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN, salvo disposição contratual em sentido diverso, o prazo para pagamento será limitado a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da emissão do termo de liquidação de despesa, sendo esse reduzido à metade para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 11.26. Esgotado o prazo estipulado no ajuste sem a correspondente liquidação da despesa, em virtude de mora exclusiva da Defensoria Pública, a referida despesa terá prioridade sobre todas as demais, ficando sobrestada qualquer outra liquidação custeada pela mesma fonte de recursos (art. 12, da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN).
- 11.27. No caso de atraso injustificado de pagamento e desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá incidir encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), em regime de juros simples.
- 11.28. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: AF = I x N x VP, onde: AF = Atualização Financeira devida; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
- 11.29. Alterações da ordem cronológica de pagamentos estão disciplinadas no art. 18, da Resolução n. 338/2024-CSDP/RN.

Forma de pagamento

- 11.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.31. Ressalte-se, ainda, que o pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal/fatura, acompanhada do termo de recebimento definitivo, atestado pelo fiscal do contrato ou por servidor da unidade recebedora.
- 11.32. Igualmente, o pagamento será realizado por item efetivamente entregue e montado, mediante apresentação de nota fiscal e atesto pelo servidor designado.
- 11.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.34. Conforme estabelecido na Instrução Normativa n. 1234/2012 da Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Decreto n. 32.705/2023 do Estado do Rio Grande do Norte, nos pagamentos que venham a ser efetuados pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte a retenção do imposto de renda incidente na fonte, de que trata o art. 157, I, da Constituição Federal, será obrigatório, com recolhimento ao Tesouro Estadual.
- 11.35. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.36. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.
- 11.37. A transferência de crédito ou a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira nesta contratação será viável mediante a adoção das seguintes cautelas: a celebração de termo aditivo entre a Administração e a contratada; a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista também por parte da cessionária; a certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar; o crédito a ser pago à cessionária esteja dentro do montante contratual, com descontos de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração e que a cessão de crédito não afete a execução do objeto contratado, que continuará sob a responsabilidade da empresa contratada.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “I”, DA LEI N. 14.133/21):

- 12.1. A estimativa inicial e simplificada da presente contratação é de R\$ 49.285,60 (quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), considerando a média dos preços obtida através de pesquisa junto ao Banco de Preços (R\$ 1.232,14).

13.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “J”, DA LEI N. 14.133/21):

13.1. Considerando que se trata de constituição de ata de registro de preços, não se faz necessária a informação de existência ou não de dotação orçamentária, sendo exigida indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente para a formalização do termo de contrato ou instrumento hábil, conforme artigo 12, da Resolução nº 324/2024-CSDP, de 12 de julho de 2024.
14.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. O disposto neste tópico está em consonância com os arts. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Defensoria Pública do Rio Grande do Norte ou terceiros.

14.3. De acordo com as obrigações assumidas no curso do procedimento licitatório, tem-se as seguintes infrações e respectivas penalidades:

LICITAÇÃO		
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa
Deixar de entregar a documentação exigida pelo edital.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	3% (três por cento) sobre o valor da proposta de preços.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	4% (quatro por cento) sobre o valor da proposta.
Apresentar declaração ou documentação falsa.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta.
Fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade e multa.	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Declaração de inidoneidade e multa.	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.	Declaração de inidoneidade e multa.	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

- 14.4. Quanto às obrigações assumidas após a adjudicação do objeto ao fornecedor beneficiário, temos as seguintes infrações e respectivas penalidades:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa	
		Primeira ocorrência	Reincidências
Não assinar a ata quando convocado ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumulada ou não com multa.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.	-
Ensejar o retardamento da execução da ata sem motivo justificado.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.
Não atender ou não se manifestar sobre as solicitações da Administração.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.

- 14.5. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 14.6. É da competência do órgão gerenciador, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 14.7. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências passíveis de penalização, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
- 14.8. No tocante às obrigações decorrentes da execução em si do contrato/instrumento equivalente ao contrato firmado entre as partes, seguem os possíveis descumprimentos e respectivas penalidades:

TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE			
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa	
		Primeira ocorrência	Reincidências
Dar causa à inexecução parcial.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	3% (três por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.	5% (cinco por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.
Não cumprir com as obrigações previstas neste Termo de Referência e/ou no instrumento equivalente ao contrato.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	3% (três por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.	5% (cinco por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.
Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.	10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.
Dar causa à inexecução total.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	30% (trinta por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.	
Ensejar o retardamento da entrega do objeto.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor da ordem de fornecimento, até o limite de 30% deste valor.	2% (dois por cento) por dia de atraso, sobre o valor da ordem de fornecimento, até o limite de 30% deste valor.
Praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.	10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.	10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.

- 14.9.

Advertência

14.9.1. A penalidade de advertência será aplicada, exclusivamente, em razão do cometimento de infrações relacionadas a dar causa à inexecução parcial do contrato (art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 14.10.

Multa

14.10.1. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.10.2. Ainda, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato, conforme artigo 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.10.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

- 14.11.

Impedimento de licitar e contratar

14.11.1. A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Rio Grande do Norte.

- 14.12.

Declaração de inidoneidade

14.12.1. A penalidade de declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo

prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.13. **Procedimento administrativo sancionador:**

- 14.13.1. Em observância ao contraditório e à ampla defesa, antes da aplicação de sanções deverá ser facultada a defesa por escrito do interessado, a qual deverá conter as provas que pretende produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.
- 14.13.2. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 14.13.3. Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 14.13.4. As sanções serão aplicadas pelo Defensor Público Geral do Rio Grande do Norte.
- 14.13.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para a contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 14.13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.13.8. Da decisão administrativa decorrente do processo administrativo sancionador, o licitante interessado poderá interpor recurso administrativo, em atenção ao disposto do artigo 70, da Lei Estadual nº 303/2005 - aplicada de forma subsidiária, apontado as razões de legalidade ou mérito, bem como indicar:
- a) Nome, qualificação e endereço do recorrente;
  - b) exposição clara e congruente das razões de fato e de direito que justificam a interposição.
- 14.13.9. Terão legitimidade para interpor recurso administrativo, nos termos do artigo 70, incisos de I a IV:
- I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;
  - II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;
  - III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos ou interesses coletivos;
  - IV - os cidadãos ou associações quanto a direitos ou interesses difusos.
- 14.13.10. O recurso administrativo será dirigido à autoridade que proferiu a decisão no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar ou manter o seu posicionamento, conforme artigo 72, da Lei Estadual nº 303/2005.
- 14.13.11. Salvo exigência legal, o recurso administrativo independe de caução.
- 14.13.12. Atos de mero expediente ou preparatórios de decisões são irrecorríveis.
- 14.13.13. Os débitos do contratado para com a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma contratação ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.
- 14.13.14. As sanções administrativas impostas serão compulsoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos sistemas atrelados ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (TCE-RN), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), devendo ocorrer, nestes dois cadastros, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da aplicação, em atenção ao artigo 161, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.13.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observado o rito procedimental definido neste instrumento.
- 14.13.16. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 14.13.17. Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar, a aplicação das sanções realizar-se-á nos moldes do procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.13.18. Nesta hipótese, a prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização de licitantes e contratados, suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
- 14.14. **Da readmissão do licitante ou contratado perante a autoridade**
- 14.14.1. Poderá ser admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
  - II - pagamento da multa;
  - III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
  - IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
  - V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- 14.14.2. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII, do artigo 55 da Lei Federal nº 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15. **DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018:**

- 15.1. É vedado aos licitantes e contraentes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame e execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 15.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- 15.3. A licitante/contratada responderá administrativa e judicialmente na hipótese de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
- 15.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, para a execução do serviço objeto do instrumento contratual, tem acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.
- 15.5. É dever dos licitantes e contraentes orientarem e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, sendo facultado à Administração (PARECER n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU).
- 15.6. A empresa contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte.
- 15.7. Faculta-se à Administração realizar diligências para aferir o cumprimento da LGPD pela licitante ou contratada.
- 15.8. A empresa contratada fica obrigada a comunicar à Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, em até 24h da sua ocorrência, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

16. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 16.1. A simples apresentação de proposta indica, e fica assim entendida, que a empresa licitante dá plena concordância com todas as condições estabelecidas neste instrumento.
- 16.2. Qualquer tolerância por parte da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela licitante/contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Defensoria Pública exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
- 16.3. A contratação decorrente deste instrumento não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela empresa contratada para a execução do objeto contratual, sendo a empresa contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.
- 16.4. As questões jurídico-administrativas não previstas neste instrumento deverão ser dirimidas pela equipe de fiscalização, observados os limites de suas atribuições, e/ou pela alta administração da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, observados os princípios jurídicos aplicáveis, a legislação vigente, a doutrina especializada e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte.

17. **ANEXOS**

- 17.1. ANEXO I - Minuta de Ata de Registro de Preços - ID 36339428.

- 17.2. ANEXO II - Minuta de Ordem de Fornecimento - ID 36383860 ;
- 17.3. ANEXO III - Minuta de Proposta de Preços - ID 36350880;
- 17.4. ANEXO IV - Endereços dos núcleos da DPE/RN - ID 36350932 ;
- 17.5. ANEXO V - Relatório de cotação realizada pelo Banco de Preços - ID 36059460.

À consideração do Defensor Público-Geral do Rio Grande do Norte.  
Natal/RN, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago José Silva Sales, Servidor Público**, em 18/11/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37634163** e o código CRC **9C2BBC79**.





ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2025 - DPE/RN  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025 – DEP/RN-SRP - (XXXXX/2025-Comprasnet)

PROCESSO SEI Nº XXXXXXXX/XXX – DPE/RN (SRP)

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, criada pela Lei Complementar nº 251, de 07 de julho de 2003, com sede à Rua Sérgio Severo, 2037, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.063-380, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.628.844/0001-20, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte, Clístenes Mikael de Lima Gadelha, inscrito no CPF/MF sob nº \*\*\*.389.014-\*\*, residente e domiciliado em Natal/RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Resolução nº 324/2024-CSDP, 12 de janeiro de 2024 e demais normas legais aplicáveis à espécie, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/XXX-DPE/RN - SRP (XXXXX/2025-Comprasnet), para fins de **REGISTRO DE PREÇOS**, Recibo junto ao TCE nº XXXXXX, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa relacionada de acordo com a classificação alcançada, conforme informações a seguir: XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, Telefone: XXXXXXXXXXXXXXXX, representada legalmente XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº \*\*\*.xxx.xxx-\*\*.

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de trocadores de fraldas retráteis horizontais de parede, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Como anexo ao presente instrumento, consta o resultado da consulta realizada junto aos demais participantes do pregão eletrônico para fins de formação de cadastro de reserva, nos termos do art. 13 da Resolução nº 324/2022-CSDP.
- 1.3. As disposições relacionadas à formalização de ata de registro de preços e cadastro de reserva estão previstas no Termo de Referência, documento que integra este instrumento e o edital de licitação.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES REGISTRADOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	Especificação	Marca	Quant.	Prazo de garantia do produto	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	XXXXXX	XXXXXX	40	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX

2.2. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta ata de registro de preços, conforme previsão do artigo 18, da Resolução nº 324/2024-CSDP.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Conforme artigo 17 da Resolução nº 324/2024-CSDP, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço permanece vantajoso

**4. DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS N. XXXX)**

4.1. XXXXXX

**5. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO, INCLUINDO EVENTUAIS PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DE PRAZOS**

5.1. O fornecimento e montagem dos produtos, bem como seu transporte, às expensas da contratada, será realizado de forma fracionada, de acordo com as solicitações de Ordem de Fornecimento e emissão de Nota de Empenho.

5.2. Ficam estabelecidos os seguintes prazos:

5.2.0.1. **PARA FORNECIMENTO:** o prazo máximo para entrega dos equipamentos será de até **30 (trinta) dias**, contados do ato de recebimento da ordem de fornecimento e emissão de nota de empenho.

a) A entrega deverá ocorrer no horário de expediente (segunda a sexta-feira, das 08h às 15h), núcleos da Defensoria Pública do Estado, situadas na Capital e no Interior do Estado, cujos locais serão indicados na ordem de fornecimento.

5.2.0.2. **PARA INSTALAÇÃO:** em até 10 (dez) corridos, após a entrega dos equipamentos em cada núcleo.

a) O prazo para instalação será contado de forma isolada para cada núcleo a partir da data de entrega em cada um, não sendo necessário que a entrega ocorra em todos os núcleos para que o prazo comece a ser contabilizado.

5.3. O agendamento prévio para entrega e montagem deverá ser feito com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sem prejuízo ao prazo máximo estipulado, por meio de um dos seguintes meios de contato:

a) **e-mail:** patrimonio@dpe.rn.def.br;

b) **telefone:** (84) 99931-0719/ (84) 98139-4030.

5.4. Com o objetivo de promover uma gestão mais eficaz das demandas que surjam com menor prazo de antecedência ou em situações de urgência ou emergência e, em conformidade com as necessidades e exigências específicas da instituição, as partes, por meio de consenso mútuo, poderão ajustar a flexibilização do prazo previamente estabelecido, podendo reduzi-lo até o limite de 15 (quinze) dias, quando as circunstâncias o justificarem.

5.5. Excepcionalmente, poderá ser concedida prorrogação do prazo de entrega e montagem exclusivamente nos casos imprevisíveis e inevitáveis, que não constituam álea contratual ou riscos ordinários da atividade empresarial e que estejam devidamente amparados na legislação vigente, tais como força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

5.6. Não são considerados fatos excepcionais áleas contratuais inerentes ao risco da atividade empresarial, tais como férias coletivas, dificuldades operacionais, atraso na produção dos bens pelo fabricante, oscilações de mercado, questões logísticas de entrega, entre outros fatos considerados previsíveis.

5.7. O pedido de prorrogação deverá ser formalmente apresentado pelo licitante fornecedor ao contratante antes do vencimento do prazo de entrega e montagem, sob pena de preclusão.

5.8. O requerimento de prorrogação deverá estar acompanhado de documentação comprobatória idônea, contendo: a descrição detalhada da ocorrência e sua imprevisibilidade; a justificativa fática, técnica e/ou jurídica que demonstre a impossibilidade de cumprimento do prazo inicialmente pactuado e os documentos comprobatórios; os esforços empreendidos pelo licitante fornecedor para mitigar os impactos do evento; a nova previsão de prazo necessária para a entrega.

5.9. A mera formalização do pedido de prorrogação não implica, em hipótese alguma, na suspensão automática do prazo de entrega originalmente estabelecido, devendo o licitante fornecedor dar continuidade às obrigações contratuais até decisão formal do Contratante.

5.10. O descumprimento dos prazos estabelecidos sem a prévia e expressa concessão de prorrogação pela Administração Pública sujeitará o licitante fornecedor às penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável.

5.11. A entrega e montagem dos itens deverá ser realizada presencialmente nas sedes administrativas da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (Órgão Gerenciador) ou do **xxxx (Órgão Participante - se houver)**, conforme o órgão destinatário, mediante agendamento prévio e dentro do horário regular de funcionamento das respectivas instituições.

<b>ÓRGÃO GERENCIADOR</b>	<b>DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>RESPONSÁVEL:</b>	Subcoordenadoria de Materiais e Logística (SPL).
		<b>ENDEREÇO:</b>	Sede administrativa ou núcleo do interior.
		<b>TELEFONE/E-MAIL:</b>	(84) 9.9931-0719; patrimonio@dpe.rn.def.br.
		<b>HORÁRIO REGULAR DE FUNCIONAMENTO:</b>	Segunda a sexta-feira, das 8h às 15h.
<b>ÓRGÃO PARTICIPANTE (se houver)</b>	<b>XXXX</b>	<b>RESPONSÁVEL:</b>	
		<b>ENDEREÇO:</b>	
		<b>TELEFONE/E-MAIL:</b>	
		<b>HORÁRIO REGULAR DE FUNCIONAMENTO:</b>	

5.10.1. Os produtos deverão ser entregues e montados pela contratada nos endereços das unidades de Defensoria Pública do RN, implantadas em território estadual, a serem definidos pela administração na Ordem de Fornecimento, de acordo com as quantidades solicitadas, embalados e conforme as condições técnicas exigidas abaixo, de forma a não serem danificados durante a operação de descarga.

5.10.2. Nas embalagens externas deverão conter, de forma legível:

- I - identificação do produto;
- II - identificação do fabricante;
- III - número do lote;
- IV - data de fabricação;
- V - prazo de validade da garantia.
- VI - As embalagens deverão ser compatíveis com às práticas de sustentabilidade.

5.10.3. A contratada será responsável por eventuais danos ou extravios ocorridos durante o transporte e a entrega dos produtos, até o recebimento definitivo pela Administração.

5.10.4. Qualquer alteração no endereço será comunicada a Contratada no ato do envio da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho.

#### Mecanismos formais de comunicação

5.11. As comunicações entre a Administração e a empresa licitante/contratada devem ocorrer por escrito sempre que o ato demandar tal formalidade. Adicionalmente, consideram-se mecanismos formais de comunicação: ordem de compra ou de serviço, ata de reunião, ofício, sistema de abertura de chamados, e-mails, cartas e troca de mensagens instantâneas por meio de aplicações de internet.

5.12. Nesse sentido, o fornecedor deverá formalmente consignar endereços, correios eletrônicos, telefones de contato, bem como os agentes de representação.

#### Do Recebimento do Objeto

5.13. O recebimento dos materiais será realizado por servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização, sendo procedido da seguinte forma:

a) **Provisoriamente:** em até 05 (cinco) dias, pelo fiscal designado, para efeito de verificação de conformidade do objeto com as especificações técnicas estabelecidas no edital e proposta adjudicatária.

b) **Definitivamente:** em até 10 (dez) dias, pela Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Projetos (CEAP), contados da data em que for realizada a instalação do equipamento, sem prejuízo da apresentação futura da nota fiscal ou documento equivalente.

5.13.1. Para fins de recebimento provisório, considerando que os equipamentos serão entregues em cada núcleo da Defensoria, o órgão designará um servidor responsável (em cada núcleo) para recebimento físico dos equipamentos, o qual ficará responsável pela elaboração, após o recebimento, de "Declaração de Recebimento" contendo todas as informações pertinentes aos equipamentos entregues, de modo que o prazo para recebimento provisório, pelo fiscal do contrato, será iniciado a partir do recebimento da referida declaração.

5.13.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade do fornecedor dentro dos limites estabelecidos em lei.

5.13.3. No caso de os produtos serem entregues em desconformidade com a ordem de fornecimento, especificações estabelecidas ou proposta de preços, a Contratada deverá substituí-los no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da recusa pela empresa, correndo às suas expensas quaisquer custos advindos da substituição.

5.13.4. Enquanto não solucionada a pendência, ficarão suspensos os prazos para o recebimento definitivo.

5.13.5. Não serão recebidos os equipamentos e/ou serviços que:

- a) não estejam bem acondicionados.
- b) sejam entregues em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas ou na proposta apresentada.

5.13.6. O recebimento definitivo, após conferência dos bens, se dará mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo, o qual será lavrado, no caso da necessidade de montagens dos bens, após completa conclusão dos trabalhos pela contratada.

5.13.7. Constatada qualquer inconformidade, o referido agente designado pelo recebimento deverá comunicar imediatamente à empresa contratada sobre os itens que não atendem ao requisito de validade estipulado, notificando-a formalmente para que proceda à substituição dos produtos não conformes em prazo a ser determinado.

5.13.8. A execução meticulosa deste procedimento de verificação visa assegurar o cumprimento integral das especificações do objeto lícito, garantindo que todos os mantenham sua eficácia e segurança durante o período mínimo estipulado após a entrega. Esta medida contribui para a otimização dos recursos públicos e para a manutenção da qualidade dos produtos fornecidos à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

5.13.9. A Administração não aceitará bens que apresentem quaisquer indícios de danos físicos, tais como arranhões, deformações ou sinais de armazenamento inadequado. Igualmente, serão recusados itens que não estejam em plena consonância com as especificações delineadas no Termo de Referência.

5.13.10. Na eventualidade de ocorrência de tais inconformidades, caberá à empresa fornecedora proceder à substituição dos produtos em questão, sem que isso implique em ônus adicionais para a Contratante.

5.13.11. A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do responsável pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento equivalente a termo de contrato, supervisionará a entrega efetiva do objeto e fornecerá esclarecimentos para resolver quaisquer dúvidas que possam surgir relacionadas ao processo de recebimento dele.

5.14. Considerando a integração do Ente Participante, faculta-se à referida instituição efetuar o recebimento do objeto conforme as disposições supracitadas, devidamente adaptadas às especificidades funcionais do órgão ou mediante aplicação de regulamento próprio, condicionado à preservação da compatibilidade com o instrumento convocatório (em caso de haver órgão participante).

## 6. DO CONTROLE, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O controle e o gerenciamento da ata de registro de preços serão realizados, por servidor público designado pelo Defensor Público-Geral do Estado, por meio da ferramenta de gestão de atas quanto aos quantitativos e os saldos, às solicitações de adesão e ao eventual remanejamento de quantidades, consoante art. 19 da Resolução nº 324/2024-CSDP.

6.2. Ao gerenciador da ata de registro de preços caberá, entre outras, as seguintes atribuições:

- I - Analisar pedidos de adesão à ata de registro, verificando a validade, o controle e a disponibilidade dos quantitativos registrados, manifestando-se nos autos;
- II - Efetuar, sempre que demandado, o controle das quantidades registradas, controlando o prazo de vigência das atas de registro de preços para que a execução seja tempestiva;
- III - Providenciar a publicação trimestral, no Diário Oficial do Estado, do quadro geral de preços registrados;
- IV - Disponibilizar as atas de registro de preços no sítio eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e documentos licitatórios correlatos;
- V - Sempre que necessário, convocar o fornecedor visando à negociação para redução dos preços registrados, adequando-os ao preço praticado no mercado;
- VI - Comunicar, formalmente e com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, à Coordenadoria de Administração Geral o fim da vigência da ata de registro de preços, a fim de que seja avaliada a necessidade de abertura de novo processo licitatório ou de prorrogação da vigência da ata.

6.3. Ao fiscal da ata de registro de preços caberá, entre outras, as seguintes atribuições:

- I - Acompanhar e avaliar a execução da ata de registro de preços, aferindo se a quantidade, qualidade, prazo e modo da prestação dos serviços estão em conformidade com as previsões contratuais e de acordo com a ata;
- II - Controlar o prazo de vigência da ata para que a execução seja tempestiva; e
- III - Prestar aos órgãos de controle interno e externo todas as informações necessárias relativas à ata de registro de preços, cumprindo tempestivamente os prazos estabelecidos em lei e regulamentos.

6.4. Considerando a integração do (nome do órgão participante se houver) à presente contratação, conforme procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP) n. xxxx, faculta-se à referida instituição efetuar o controle, gerenciamento e fiscalização do objeto conforme as disposições supracitadas, devidamente adaptadas às especificidades funcionais do órgão ou mediante aplicação de regulamento próprio, condicionado à preservação da compatibilidade com o instrumento convocatório.

## 7. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Considerando o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como nos arts. 25, § 7º, 80, 82, § 5º e 84 da Lei Federal n. 14.133/2021, e o art. 20 da Resolução n. 324/2024-CSDP, a Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de revisão e reajuste, conforme as seguintes disposições.

### 7.2. REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS:

7.2.1. O reajuste de preço observará o princípio da anualidade, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

7.2.2. O pedido de reajuste dependerá de formalização de requerimento escrito pelo fornecedor. Caso ocorra a prorrogação da vigência da ata de registro de preços sem a formalização do pedido, este ficará precluso.

7.2.3. O reajuste observará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mantido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado nos 12 (doze) meses, a contar da data-base estabelecida no item supra.

7.2.4. Caso ocorra atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o órgão gerenciador poderá deferir a prorrogação da vigência da ata de registro de preços, ressalvando a possibilidade de análise posterior do pedido de reajuste de preços.

7.2.5. A formalização de aditivo de prorrogação do prazo de vigência sem a concessão de reajuste ou sem ressalva expressa de sua futura análise será interpretada como renúncia ou preclusão lógica do direito ao reajuste.

7.2.6. No caso de extinção ou impossibilidade de utilização do índice estabelecido, será adotado outro índice oficial determinado pela legislação vigente. Caso não haja previsão legal, as partes definirão um novo índice por meio de termo aditivo.

7.2.7. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidir com a prorrogação da Ata de Registro de Preços, ocasião em que será formalizado por aditamento.

### 7.3. **REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

7.3.1. A revisão excepcional dos preços registrados poderá ocorrer para estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata de registro de preços em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata de registro de preços, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco eventualmente estabelecida no instrumento e a manutenção da vantajosidade para a Administração Pública.

7.3.2. Os preços registrados poderão ser alterados também em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, o que poderá ser verificado pela Administração Pública mediante realização de pesquisa mercadológica atualizada.

7.3.2.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.3.2.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.2.3. Na hipótese prevista no item 7.3.2.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.3.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.3.3. Poderão ensejar a revisão do preço, desde que se trate de fato superveniente à apresentação do orçamento-estimado e que restem comprovados os requisitos normativos previstos no art. 124, II, "d", da Lei Federal n. 14.133/2021, as seguintes situações, sem prejuízo de outras regularmente comprovadas:

a) Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

b) Elevação dos custos incidentes sobre o objeto registrado, em decorrência de situações de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou eventos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis e exorbitantes;

c) Superveniência de disposições normativas que impactem significativamente os valores registrados.

7.3.4. O pedido de revisão do preço deverá, sob pena de indeferimento, ser instruído pelo fornecedor com planilha de composição de custos, demonstrando as alterações ocorridas entre a data da proposta aceita pela Administração em sede de licitação e a data do pedido de reequilíbrio formalizado, bem como com documentos que comprovem, de forma efetiva, o fato alegado para alteração do preço.

7.3.5. A Administração poderá solicitar documentação complementar para subsidiar a análise do pedido de revisão ou reajuste, visando garantir a transparência e economicidade na gestão da Ata de Registro de Preços, incumbindo ao fornecedor apresentá-los no prazo máximo de cinco dias corridos.

7.3.6. A simples variação do preço do produto no mercado ou a variação cambial, por si só, não caracterizam álea extraordinária.

7.3.7. Para instruir o procedimento, o órgão gerenciador poderá realizar pesquisa mercadológica com preços atuais, conforme os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021 e na Resolução n. 298/2023-CSDPE/RN.

7.3.8. Na hipótese do pedido de revisão de preços não se mostrar mais vantajoso para a Administração Pública e desde que comprovados os requisitos normativos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal n. 14.133/2021, a Defensoria Pública poderá optar pela não concessão do aumento do preço registrado e pela liberação do fornecedor do compromisso. Antes do cancelamento da ata de registro de preços, os fornecedores do cadastro de reserva poderão ser consultados quanto ao interesse em assumir as obrigações da ata.

7.3.9. A revisão dos preços registrados será formalizada por meio de termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

7.3.10. O pedido de revisão do preço formalizado após o recebimento de ordem de compra ou ordem de serviço não exime o fornecedor do cumprimento da requisição.

7.3.11. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado ou de pedidos genéricos, o pleito será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 23 da Lei n. 14.133, de 2021, e da legislação aplicável.

7.3.12. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Defensoria Pública convocará os fornecedores do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação do procedimento licitatório, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.3.13. Se não obtiver êxito nas negociações, a Defensoria Pública procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**8. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3. Tendo em vista o disposto no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 8.5. Havendo redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado instrumento equivalente a termo de contrato decorrente da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n. 14.133/2021.
- 8.6. Se o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 8.8. A não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, implicará no indeferimento do pedido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021 e no presente instrumento.
- 8.9. Nos casos de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 8.9.1. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.9.2. Na eventual comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 8.9.3. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado instrumento equivalente a termo de contrato decorrente da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

**9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DE PREÇOS**

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pela Defensoria Pública do Estado, nos termos do art. 23, *caput*, Resolução n. 324/2024-CSDP, quando o fornecedor:
- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - b) Não acusar o recebimento da nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Defensoria Pública sem justificativa razoável;
  - c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no art. 23, inciso III, da Resolução n. 324/2024-CSDP; ou
  - d) Sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade.
- 9.2. Na aplicação de sanção citada no subitem 9.1."d", caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses acima será formalizado por decisão da Defensoria Pública Geral, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.5.1. Por razão de interesse público;
  - 9.5.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 9.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no §3º do art. 22 e do §4º do art. 22 da Resolução n. 324/2024-CSDP.

**10. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 10.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não



participantes, nos termos do art. 25 da Resolução nº 324/2024-CSDP, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
- c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da Defensoria Pública do RN e do fornecedor.

10.2. A autorização da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte, enquanto órgão ou entidade gerenciadora, apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor. Nesse sentido, a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios instrumentos contratuais ou à sua capacidade de gerenciamento.

10.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, respeitando a vigência estabelecida na ata.

10.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

10.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes, nos termos do art. 26, inciso I, da Resolução nº 324/2024 - CSDP.

10.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, nos termos do art. 26, inciso II, da Resolução nº 324/2024 - CSDP.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

11.1. As disposições pertinentes ao pagamento e aos critérios de medição estão previstas no item 11 do Termo de Referência, documento que integra este instrumento e o edital de licitação, e que tem por base a Resolução nº 338/2024-CSDP/RN, de 28 de agosto de 2024, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. O disposto neste tópico está em consonância com os arts. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.2. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Defensoria Pública do Rio Grande do Norte ou terceiros.
- 12.3. De acordo com as obrigações assumidas no curso do procedimento licitatório, tem-se as seguintes infrações e respectivas penalidades:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa	
		Primeira ocorrência	Reincidências
Não assinar a ata quando convocado ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumulada ou não com multa.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.	-
Ensejar o retardamento da execução da ata sem motivo justificado.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.
Não atender ou não se manifestar sobre as solicitações da Administração.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata.	10% (dez por cento) sobre o valor total registrado em ata.

12.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.5. É da competência do órgão gerenciador, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

12.6. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências passíveis de penalização, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12.7. No tocante às obrigações decorrentes da execução em si do contrato/instrumento equivalente ao contrato firmado entre as partes, seguem os possíveis descumprimentos e respectivas penalidades:

TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE			
Infrações	Sanções aplicáveis	Gradação da penalidade de multa	
		Primeira ocorrência	Reincidências
Dar causa à inexecução parcial.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	3% (três por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.	5% (cinco por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.
Não cumprir com as obrigações previstas neste Termo de Referência e/ou no instrumento equivalente ao contrato.	Advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, cumulada ou não com multa.	3% (três por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.	5% (cinco por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.
Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.	10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.
Dar causa à inexecução total.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	30% (trinta por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.	
Ensejar o retardamento da entrega do objeto.	Impedimento de licitar e contratar ou, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave, declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa.	1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor da ordem de fornecimento, até o limite de 30% deste valor.	2% (dois por cento) por dia de atraso, sobre o valor da ordem de fornecimento, até o limite de 30% deste valor.
Praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.	10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade e multa.	5% (cinco por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.	10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento.

## 12.8. Advertência

12.8.1. A penalidade de advertência será aplicada, exclusivamente, em razão do cometimento de infrações relacionadas a dar causa à inexecução parcial do contrato (art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## 12.9. Multa

12.9.1. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.9.2. Ainda, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato, conforme artigo 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.9.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

## 12.10. Impedimento de licitar e contratar

12.10.1. A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Rio Grande do Norte.

## 12.11. Declaração de inidoneidade

12.11.1. A penalidade de declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## 12.12. Procedimento administrativo sancionador:

12.12.1. Em observância ao contraditório e à ampla defesa, antes da aplicação de sanções deverá ser facultada a defesa por escrito do interessado, a qual deverá conter as provas que pretende produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

- 12.12.2. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 12.12.3. Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 12.12.4. As sanções serão aplicadas pelo Defensor Público Geral do Rio Grande do Norte.
- 12.12.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para a contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Defensoria Pública do Rio Grande do Norte à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.12.8. Da decisão administrativa decorrente do processo administrativo sancionador, o licitante interessado poderá interpor recurso administrativo, em atenção ao disposto do artigo 70, da Lei Estadual nº 303/2005 - aplicada de forma subsidiária, apontado as razões de legalidade ou mérito, bem como indicar:
- a) Nome, qualificação e endereço do recorrente;
  - b) exposição clara e congruente das razões de fato e de direito que justificam a interposição.
- 12.12.9. Terão legitimidade para interpor recurso administrativo, nos termos do artigo 70, incisos de I a IV:
- I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;
  - II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;
  - III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos ou interesses coletivos;
  - IV - os cidadãos ou associações quanto a direitos ou interesses difusos.
- 12.12.10. O recurso administrativo será dirigido à autoridade que proferiu a decisão no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar ou manter o seu posicionamento, conforme artigo 72, da Lei Estadual nº 303/2005.
- 12.12.11. Salvo exigência legal, o recurso administrativo independe de caução.
- 12.12.12. Atos de mero expediente ou preparatórios de decisões são irrecorríveis.
- 12.12.13. Os débitos do contratado para com a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma contratação ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.
- 12.12.14. As sanções administrativas impostas serão compulsoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos sistemas atrelados ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (TCE-RN), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), devendo ocorrer, nestes dois cadastros, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da aplicação, em atenção ao artigo 161, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.12.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observado o rito procedimental definido neste instrumento.
- 12.12.16. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 12.12.17. Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar, a aplicação das sanções realizar-se-á nos moldes do procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.12.18. Nesta hipótese, a prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização de licitantes e contratados, suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

## 12.13. Da readmissão do licitante ou contratado perante a autoridade

- 12.13.1. Poderá ser admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

12.13.2. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII, do artigo 55 da Lei Federal nº 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A formalização da contratação, as condições de execução do objeto, as obrigações dos contraentes, as penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

13.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

13.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

13.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

13.5. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

13.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes e encaminhada cópia ao fornecedor registrado.

Natal/RN, XX de XXXXXXXXXX de 2025.

Clístenes Mikael de Lima Gadelha  
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte  
CNPJ nº 07.628.844/0001-2  
Representante legal do órgão gerenciador

XXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXX  
CNPJ nº XXXXXXXXXX

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Documento assinado eletronicamente por **Thiago José Silva Sales, Servidor Público**, em 11/09/2025, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **36339428** e o código CRC **B1BCC511**.

**ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II**

**MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

<b>Número:</b>	
<b>Emissão:</b>	

DA CONTRATAÇÃO					
<b>Licitação:</b>				<b>Homologação:</b>	
<b>Processo:</b>		<b>Utilização do SRP:</b>		<b>Número da Ata:</b>	

DO CONTRATANTE					
<b>Razão Social:</b>				<b>CNPJ/MF:</b>	
<b>Endereço:</b>		<b>Bairro:</b>		<b>CEP:</b>	
<b>Cidade/UF:</b>		<b>Telefone:</b>		<b>E-mail:</b>	
*Os dados do CONTRATANTE devem ser utilizados para fins de faturamento da Nota Fiscal.					

DO CONTRATADO					
<b>Razão Social:</b>					
<b>Endereço:</b>				<b>Bairro:</b>	
<b>Cidade/UF:</b>				<b>CEP:</b>	
<b>Telefone/FAX:</b>			<b>E-mail:</b>		
<b>CNPJ/MF:</b>			<b>Inscrição Estadual:</b>		
<b>Representante:</b>				<b>CPF/MF:</b>	

DO OBJETO				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário
<b>Valor Total:</b>				

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Órgão/Unidade:	
Função/Sub-Função/Programa:	
Projeto/Atividade:	
Natureza da Despesa:	
Fonte de Recursos:	

DAS CONDIÇÕES GERAIS	
<b>1. Vigência, requisitos da contratação, modelo de execução do objeto, modelo de gerenciamento e fiscalização do instrumento contratual:</b>	
1.1. O prazo de vigência da ordem de fornecimento será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua assinatura.	
1.2. Requisitos da contratação e modelo de execução conforme itens 6 e 8, do Termo de Referência, documento ao qual esta a presente autorização de compra acha-se vinculada, independentemente de transcrição e sem prejuízo de suas disposições.	
<b>2. Critérios de Medição e de Pagamento:</b>	
2.1. Conforme item 11, do Termo de Referência, documento ao qual esta a presente autorização de compra acha-se vinculada, independentemente de transcrição e sem prejuízo de suas disposições.	
2.2. O reajuste observará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mantido pela	

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado nos doze meses, a contar da data-base.

3. Entrega e Recebimento:

- 3.1. Conforme itens 6 e 8, do Termo de Referência, documento ao qual esta a presente autorização de compra acha-se vinculada, independentemente de transcrição e sem prejuízo de suas disposições.
- 3.2. O prazo máximo para fornecimento, conforme item 8.2.1.1 do Termo de Referência, será de até 30 dias contados do ato de recebimento da presente ordem de fornecimento e emissão da nota de empenho.
- 3.3. A entrega deverá ocorrer no horário de expediente (segunda a sexta-feira, das 08h às 15h), núcleos da Defensoria Pública do Estado, situadas na Capital e no Interior do Estado, cujos locais serão indicados nesta ordem.
- 3.4. A instalação deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de entrega dos equipamentos em cada núcleo.
- 3.5. O prazo para instalação será contado de forma isolada para cada núcleo a partir da data de entrega em cada um, não sendo necessário que a entrega ocorra em todos os núcleos para que o prazo comece a ser contabilizado.
- 3.6. Para fins de entrega e montagem, deverá ser realizado prévio prévio agendamento, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sem prejuízo ao prazo máximo estipulado (para entrega e montagem), por meio de um dos seguintes meios de contato:
- a) **e-mail:** patrimonio@dpe.rn.def.br;
  - b) **telefone:** (84) 99931-0719/ (84) 98139-4030.

4. Obrigações das partes:

- 4.1. **Da Contratante:** item 8.12.1, do Termo de Referência;
- 4.2. **Da Contratada:** 8.12.2, do Termo de Referência.
- 4.3. Ressalta-se, nesse sentido, a necessidade de manutenção das condições exigidas para a habilitação/qualificação da empresa contratada.

5. Infrações e Sanções Administrativas:

- 5.1. Conforme item 14, do Termo de Referência, documento ao qual esta a presente autorização de compra acha-se vinculada, independentemente de transcrição e sem prejuízo de suas disposições.

6. Extinção:

- 6.1. O presente instrumento poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 e seguintes da Lei 14.133/21, com as consequências indicadas no art. 139 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.
- 6.2. Ficam reconhecidos os direitos da contratante no caso de extinção determinada por ato unilateral da Administração e, de igual modo, o direito da empresa contratada à prévia e ampla defesa, razão pela qual os casos de extinção serão formalmente motivados e comunicados por escrito.

7. Foro:

- 7.1. Fica eleito o foro da Comarca da sede da contratante para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste instrumento com exclusão de qualquer outro.

8. Disposições Complementares:

- 8.1. O presente instrumento vincula-se ao Termo de Referência e seus anexos, bem como à proposta vencedora, independentemente de transcrição e sem prejuízo de suas disposições.
- 8.2. As questões jurídico-administrativas não previstas neste instrumento deverão ser dirimidas pela equipe de fiscalização, observados os limites de suas atribuições, e/ou pela alta administração da contratante, observados os princípios jurídicos aplicáveis, a legislação vigente, a doutrina especializada e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte.
- 8.3. A substituição do instrumento de contrato ao presente instrumento hábil fundamenta-se na forma do art. 95, da Lei 14.133/21, devendo o respectivo número e o da correspondente Nota de Empenho constar, obrigatoriamente, de todos os documentos expedidos pelo contratado.
- 8.4. Em caso de divergência entre as disposições da presente minuta e aquelas contidas no Termo de Referência que originou esta contratação, prevalecerão as disposições do Termo de Referência, por refletirem com maior precisão as especificações técnicas, operacionais e funcionais do objeto contratado.

Emissor da Autorização de Compra:	Matrícula:	Cargo/Função:

<b>DESPACHO DO RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO DE COMPRA:</b>
Autorizo a efetivação do(s) objeto(s) discriminado(s) no presente instrumento, de acordo com os termos e fundamentos nele dispostos, em conformidade com o respectivo processo licitatório, assim como nas normas da legislação aplicável à execução da despesa pública orçamentária.  Natal/RN, ____ de _____ de 2025  <b>Clístenes Mikael de Lima Gadelha</b> Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte



Documento assinado eletronicamente por **Thiago José Silva Sales, Servidor Público**, em 12/09/2025, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **36383860** e o código CRC **57E5F770**.



## ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

## ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A(o) Senhor(a) Pregoeiro(a) da DPE/RN.

Referência: Pregão Eletrônico nº XX/2025 - DPE.

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CGC (MF) nº \_\_\_\_\_ e inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, para atendimento do objeto destinado à DPE/RN, em conformidade com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XXXX/2025/DPE/RN. Para tanto, ofereço a este Órgão o preço para o item a seguir detalhado, observadas as especificações de que trata o Termo de Referência e anexos

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA E MODELO	UNID.	QNT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
01	XX	XX	Unid.	40	XX	XX

Declaro, para os devidos fins, expressamente que:

- I - Tenho conhecimento do Edital n XXXX e que o item ofertado atende todas as especificações técnicas previstas no termo de referência, tendo também ciência que declarações incorretas poderão ensejar a desclassificação do certame.
- II - Os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, transportes, instalação, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.
- III - Estou ciente das obrigações a mim imputadas, inclusive quanto às condições, especificações técnicas e prazos de fornecimento, por meio do Edital da referida licitação, bem como suas demais peças, podendo o descumprimento implicar.

(local), (dia) de (mês) do ano de 2025.

\_\_\_\_\_  
Empresa:  
Responsável legal:



Documento assinado eletronicamente por **Thiago José Silva Sales, Servidor Público**, em 11/09/2025, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **36350880** e o código CRC **F353CDA7**.



## ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

## ANEXO IV

## Relação dos núcleos

Item	Núcleo	Endereço atual	Observação
1	Natal - Sede Administrativa	Rua Sergio Severo, nº 2037, Lagoa Nova, Natal/RN - CEP.: 59063-380	-
2	Natal - Anexo I	Rua Fosforita, nº 2327, Lagoa Nova, Natal/RN - CEP.: 59076-120	-
3	Natal - Anexo II	Rua Dr. Lauro Pinto, nº 371, Lagoa Nova, Natal/RN - CEP.: 59064-140	Em processo de mudança para
4	Natal - Anexo III	Av. Norton Chaves, nº 2254, Lagoa Nova, Natal/RN - CEP.: 59075-200	Em processo de mudança para
5	Alexandria	Central do Cidadão - Rua Dom José Tomaz, nº 347, Alexandria/RN, CEP: 59965-000	-
6	Angicos	SEM ATENDIMENTO PRESENCIAL	-
7	Apodi	Central do Cidadão de Apodi - R. Dep. Dalton Cunha - Rodoviária, Apodi /RN, CEP.: 59700-000	-
8	Areia Branca	Rua Coronel Liberalino, 33A, Centro, Areia Branca/RN, CEP.: 59655-000	-
9	Assu	Rua Travessa Dr. Pedro Amorim, nº 60, Centro, Assu/RN, CEP 59.650-000	-
10	Baraúna	Prédio Cedido pela Prefeitura - Rua Hermenegildo Montenegro, 119, 1º andar, Centro, Baraúna/RN - CEP 59695-000	-
11	Caicó	Rua José Evaristo de Medeiros, n.º 800, Penedo, Caicó/RN - CEP: 59.300-000	-
12	Campo Grande	Rua Julião Fernandes, nº 218, Alto da Capela, Campo Grande/RN - CEP.: 59680-000	-
13	Canguaretama	Rua André de Albuquerque, nº 15, Canguaretama/RN - CEP 59190-000	-
14	Caraúbas	Central do Cidadão - Rua Agacio Laurentino de Medeiros, s/n, Carábas/RN - CEP 59780000	-
15	Ceará-Mirim	Rua Heraclio Villar, nº 793, Centro, Ceará-Mirim/RN, CEP 59570-000	-
16	Currais Novos	Fórum Desembargador Tomaz Salustino: Rua Manoel Lopes Filho, 1210, Walfredo Galvão, Currais Novos/RN	-
17	Extremoz	Câmara Municipal: Rua Pedro Vasconcelos, nº 45, Extremoz/RN	Em procedimento de mudança para Avenida Joaquim de G... 247, Centro – Extremoz/RN, CEP: 59... recebimento
18	Florânia	Fórum - Praça Tenente Corol Fernando Campos, nº 103, Florânia/RN -CEP: 59335-000	Em processo de mudança para
19	Goianinha	Prédio Cedido pela Prefeitura - Avenida Monsenhor Armando de Paiva, nº 200, Goianinha/RN - CEP: 59173-000	-
20	João Câmara	Central Cidadão - Rua Pedro Torquato, s/n, João Câmara - CEP 59550-000	-
21	Ipanguaçu	Avenida Luiz Gonzaga, nº 669, Olho d'água, Ipanguaçu/RN - CEP 59508-000	-
22	Luís Gomes	Avenida Julieta Fernandes, nº 61, Centro, Luís Gomes/RN, CEP 59.940-000	-
23	Lajes	Central do Cidadão - Praça Manoel Januário Cabral, s/n, Lajes/RN - CEP: 59535-000	-
24	Macaíba	Rua Helena Ferreira de Lima, s/n, Centro, Macaíba/RN, CEP: 59280-000	Em procedimento de mudança para das Bananeiras, nº 5, Loteamento M... 0011, Lote 0012, Bairro Tavares de Li... 59285-539
25	Macau	Central do cidadão - Rua Padre João Clemente, nº 213 - 219, Macau/RN, CEP: 59500-000	-
26	Martins	Fórum -Rua Doutor Joaquim Inácio, nº 130, Martins/RN, - CEP: 59800-000	-
27	Monte Alegre	Rua Juca Padre, nº 313, Centro, Monte Alegre/RN - CEP.: 59182-000	-
28	Mossoró	Rua Doutor Mário Negócio, nº 249, Centro, Mossoró/RN, CEP 59.600-080,	-
29	Nísia Floresta	Prédio Cedido pela Prefeitura - Rua do Comércio, 04, Centro, Nísia Floresta – RN, 59164-000	Em processo de mudança para
30	Nova Cruz	Av. Presidente Getúlio Vargas, n.º 46, Centro, Nova Cruz/RN - CEP.: 59215-000	-
31	Parelhas	Central do Cidadão - Rua Isidoro Gomes Meira, 16, Parelhas/RN, CEP: 59360-000	Em processo de mudança para
32	Parnamirim	Rua Pedro Bezerra Filho, nº 31 – Santos Reis – Parnamirim/RN, CEP: 59141-175	-
33	Pau dos Ferros	Central do Cidadão - sala da Defensoria Pública do Estado - Rua Carlota Távora, 877, Centro, CEP: 59.900-000	-
34	Pendências	Fórum - Avenida Francisco Rodrigues, s/n, Pendências/RN, CEP: 59504-000	Em processo de mudança para
35	Santa Cruz	Rua Cel Ivo Furtavo, nº 119, Centro, Santa Cruz/RN - CEP: 59200-00	-
36	Santo Antônio	Rua Ana de Pontes, s/n, Santo Antônio/RN - CEP: 59255-00	-
37	São Gonçalo do Amarante	Rua Maria do Carmo Brito, nº 1848, Quadra 25, Santa Terezinha, São Gonçalo do Amarante/RN, CEP 59291-153	-
38	São José do Campestre	Fórum - Avenida Getúlio Vargas, nº740, São José de Campestre, CEP: 59275-000	-

39	São José de Mipibú	Central do Cidadão - Praça Capitão José da Penha, nº 31, Centro, CEP: 59162-000, São José de Mipibu/RN	-
40	São Miguel	Central do Cidadão - Rua José Augusto Pessoa, s/n, São Miguel, CEP: 599200-00	-
41	São Paulo do Potengi	Central do Cidadão - Rua Bernardo Pimentel, s/n, São Paulo do Potengi/RN, CEP: 59460-000	-
42	Tangará	Prédio Cedido pela Prefeitura - Avenida Miguel Borba, nº 124-A, Tangará/RN, Cep: 592400-00	-
43	Touros	Av. José Mario de Farias, s/n, Touros, RN, 59584-000	-

## 0.1. Observe-se, ainda, que:

- I - Eventuais outros núcleos poderão ser abertos no Estado do Rio Grande do Norte, considerando a ampliação dos locais de atendimento.
- II - Os endereços acima mencionados são aqueles que, atualmente, a Defensoria encontra-se instalada, podendo haver mudança de localidade dentro do mesmo Município.
- III - Todos os núcleos atualmente existentes e os respectivos endereços podem ser acessados a partir do site institucional: [Link - Núcleos - DPE/RN](#)



Documento assinado eletronicamente por **Thiago José Silva Sales, Servidor Público**, em 11/09/2025, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **36350932** e o código CRC **9071563D**.



# Relatório de Cotação: cotação rápida 106

Pesquisa realizada entre 28/08/2025 11:14:13 e 28/08/2025 11:14:22

Relatório gerado no dia 28/08/2025 11:17:33 (IP: 187.33.255.178)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

**Método Matemático Aplicado:** Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.  
*Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."*

Item 1: trocador de fraldas retrátil p/ instalação na parede -

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
4 / 10	1	R\$ 1.232,14 (un)	-	R\$ 1.232,14	100%	R\$ 1.232,14

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	21.154.554/0001-13 - TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS / 1031018 - GECOMP	21154554000113-1-000465/2025	13/08/2025	R\$ 1.390,00
2	49.203.409/0001-02 - CAMARA MUNICIPAL DE SANTOS / 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS - SP	49203409000102-1-000014/2025	13/06/2025	R\$ 1.017,49
Valor Unitário				R\$ 1.203,75

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	90.256.652/0001-84 - MUNICÍPIO DE IMBÉ	0026/2025	20/05/2025	R\$ 1.295,00
2	87.613.071/0001-48 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO	0032/2025	20/05/2025	R\$ 1.226,06
Valor Unitário				R\$ 1.260,53

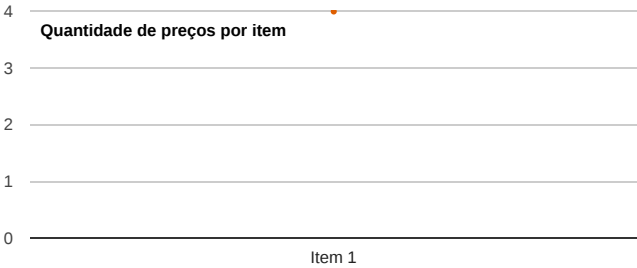
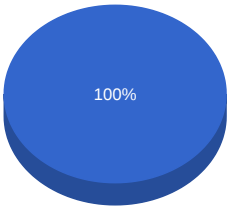
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 1.260,53

Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.232,14

Valor Global: R\$ 1.232,14

Valor do item em relação ao total

1) trocador de...



## Detalhamento dos Itens

Item 1: trocador de fraldas retrátil p/ instalação na parede -

Preço Estimado: R\$ 1.232,14 (un)

Percentual: -

Preço Estimado Calculado: R\$ 1.232,14

Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.232,14

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	trocador de fraldas retrátil p/ instalação na parede -	

### Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 1.390,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 21.154.554/0001-13

Data: 13/08/2025 14:08

Órgão: TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS / 1031018 - GECOMP

Modalidade: Dispensa

Objeto: Aquisição de um trocador de fraldas retrátil.

SRP: NÃO

Descrição: TROCADOR DE FRALDA - MODELO: HORIZONTAL, TAMPO RETRATIL;  
DIMENSOES: 85 X 55 X 12CM APROXIMADAMENTE; CAPACIDADE: DE  
CARGA ESTATICA: MINIMO DE 70 KG; MAT - TROCADOR DE FRALDA -  
MODELO: HORIZONTAL, TAMPO RETRATIL; DIMENSOES: 85 X 55 X 12CM  
APROXIMADAMENTE; CAPACIDADE: DE CARGA ESTATICA: MINIMO DE 70  
KG; MAT

Identificação: 21154554000113-1-000465/2025

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 13/08/2025 00:00

Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Quantidade: 1

Unidade: 1,00 UNIDADE

UF: MG

CNPJ

Razão Social do Fornecedor

Valor da Proposta Final

07.509.130/0001-01 GREICE PRODUTOS PRATICOS LTDA  
\*VENCEDOR\*

R\$ 1.390,00

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

Cidade:

Endereço:

Nome de Contato:

Telefone:

Email:

RS

Nova Petrópolis

RUA ERWINO ROLOFF, 230

Denis

(54) 3281-3820

licitacao@greice.com.br

### Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais

R\$ 1.017,49

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 49.203.409/0001-02

Data: 13/06/2025 08:30

Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE SANTOS / 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS - SP

Modalidade: Pregão - Eletrônico

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de trocadores de fraldas retráteis para  
instalação nas paredes dos banheiros das dependências da Câmara Municipal de Santos,  
conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do  
Edital).

SRP: NÃO

Identificação: 49203409000102-1-000014/2025

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 25/06/2025 00:00

Fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Quantidade: 6

Unidade: UNIDADE

UF: SP



Relatório gerado no dia 28/08/2025 11:17:33 (IP: 187.33.255.178)

Código Validação: mY%2f6kSwmBATtQm1WavOvmMxtj07me%2bQT3O8PvN5aJlwqHU8nPtm6WA%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=mY%252f6kSwmBATtQm1WavOvmMxtj07me%252bQT3O8PvN5aJlwqHU8nPtm6WA%253d%253d>

CNPJ		Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Final	
20.853.918/0001-90		M.F. COMERCIO, GERENCIAMENTO E SERVICOS LTDA				R\$ 1.017,49	
*VENCEDOR*							
Marca:							
Fabricante: Fabricante não informado							
Modelo:							
Descrição: Descrição não informada							
Estado:		Cidade:		Endereço:		Nome de Contato:	
SP		São Paulo		RUA DOUTOR ELIAS LUIS DE OLIVEIRA, 58		CAMILA	
						Telefone:	
						(11) 3549-2419	
						Email:	
						mfgerenciamento@mfgerenciamento.com.br	

#### Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 1.295,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

<b>CNPJ:</b>	90.256.652/0001-84	<b>Data:</b>	20/05/2025 09:00
<b>Órgão:</b>	MUNICÍPIO DE IMBÉ	<b>Modalidade:</b>	Pregão Eletrônico (14.133/21)
<b>Objeto:</b>	Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Mobiliário para atender de forma ágil, adequada e funcional as necessidades do Gabinete do Prefeito e das Secretarias Municipais.		
<b>Descrição:</b>	TROCADOR DE FRALDAS DE PAREDE HORIZONTAL RETRÁTIL EM POLIETILENO; CAPACIDADE: SUPORTA ATÉ 90KG; > MEDIDAS: 89,0 CM (COMPRIMENTO) X 55,0 (ALTURA) > SOBREPOSIÇÃO DA PAREDE 10,0 CM (FECHADO) E 55,0 CM (ABERTO) - TROCADOR DE FRALDAS DE PAREDE HORIZONTAL RETRÁTIL EM POLIETILENO; CAPACIDADE: SUPORTA ATÉ 90KG; > MEDIDAS: 89,0 CM (COMPRIMENTO) X 55,0 (ALTURA) > SOBREPOSIÇÃO DA PAREDE 10,0 CM (FECHADO) E 55,0 CM (ABERTO)		
		<b>SRP:</b>	SIM
		<b>Identificação:</b>	0026/2025
		<b>Lote/Item:</b>	25/1
		<b>Ata:</b>	<a href="#">Link Ata</a>
		<b>Homologação:</b>	06/06/2025 08:17
		<b>Fonte:</b>	www.banrisul.com.br
		<b>Quantidade:</b>	10
		<b>Unidade:</b>	UNIDADE
		<b>UF:</b>	RS

CNPJ		Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Final	
34.318.729/0001-22		LUAN LINS TOGNI 02556916028		R\$ 1.290,00	
*VENCEDOR*					
Marca: NOVIDA MOVEIS					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: BRANCO					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:		Cidade:		Endereço:	
RS		Encantado		RUA BENEVOLO DE SOUZA, 150	
Telefone:		Email:			
(51) 3751-2095		medcomempenhos@gmail.com			

07.509.130/0001-01		GREICE PRODUTOS PRATICOS LTDA			R\$ 1.300,00
<b>Marca:</b> Greice					
<b>Fabricante:</b> Fabricante não informado					
<b>Modelo:</b> TF400					
<b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Endereço:</b>	<b>Nome de Contato:</b>	<b>Telefone:</b>	<b>Email:</b>
RS	Nova Petrópolis	RUA ERWINO ROLOFF, 230	Denis	(54) 3281-3820	licitacao@greice.com.br

#### Preço (Outros Entes Públicos) 2: Mediana das Propostas Finais

R\$ 1.226,06

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



CNPJ: 87.613.071/0001-48

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

Objeto: RP EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO HOSPITALAR E ADMINISTRATIVO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Descrição:** **FRALDARIO/ TROCADOR** - Trocador Fraldas Fraldário Parede Colchonete Lavável Branco Solutii Trocador de fraldas com tampo retrátil para fixação em parede - branco  
Descrição: Capacidade: alta resistência, suporta até 150 kg no centro do tampo (laudo técnico ocp inmetro); Segurança: bordas e quinas arredondadas, emborrachadas e não cortantes, (testado sob norma abnt nbr nm 300-1 item 4.6 / 5.8 - laudo técnico ocp inmetro); Materiais: mdf 15 mm, pistões amortecedores a gás (certificado de garantia de 45.000 aberturas); Itens que acompanham o produto: colchonete, adesivo sinalizador, pistões, gabarito, parafusos e buchas para instalação; Cor: branco; Dimensões: fechado: 85 cm largura x 55 cm de altura x 12 cm de espessura; aberto: 85 cm largura x 55 cm de comprimento x 48 cm de altura; Peso do fraldário: 12 kg; Conformidade: O produto deve estar em conformidade com as normas da ABNT e possuir selo do INMETRO.

Data: 20/05/2025 09:00

Modalidade: Pregão Eletrônico (14.133/21)

SRP: SIM

Identificação: 0032/2025

Lote/Item: 6/1

Ata: [Link Ata](#)

Homologação: 29/05/2025 15:15

Fonte: www.banrisul.com.br

Quantidade: 40

Unidade: UNIDADE

UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Final
34.318.729/0001-22	LUAN LINS TOGNI 02556916028				R\$ 1.000,00
*VENCEDOR*					
Marca: PROPRIA					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: TROCADOR					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
RS	Encantado	RUA BENEVOLO DE SOUZA, 150	(51) 3751-2095	medcomempenhos@gmail.com	
54.051.187/0001-81	54.051.187 MARINA FERREIRA LEMOS				R\$ 1.099,00
Marca: SOLUTTI					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: HORIZONTAL					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
,					
33.800.564/0001-68	TARICK KARIM KHADER				R\$ 1.225,00
Marca: Bela Moveis					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: mdf					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
RS	Tramandaí	10A RUA 07 DE SETEMBRO, 2472	(51) 8531-2363	tkhaderdistribuidora@gmail.com	
49.333.270/0001-03	DAIANE CAROLINE METZ				R\$ 1.227,11
Marca: soluti					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: fraldario					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
,					
07.052.779/0001-38	ALCI N. BECKER & CIA LTDA.				R\$ 1.890,00
Marca: GREICE					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: TF400					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
RS	Agudo	AVENIDA CONCORDIA, 625	(55) 3265-1177	alcibecker@gmail.com	



CNPJ		Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Final	
44.119.251/0001-65		BPMAQ EQUIPAMENTOS LTDA		R\$ 5.000,00	
Marca: greice					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: trocador de fralda					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:		Cidade:		Endereço:	
SC		São José		R DOM PEDRO II, 440	
				Telefone:	
				(48) 3094-0412	
				Email:	
				compras@bpmaq.com.br	







## Extrato de fontes utilizadas neste relatório

**ATENÇÃO** - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

### Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Banrisul  
www.banrisul.com.br

Data: 28/08/2025 11:14:18

Acessar a fonte [aqui](#)

2 - Portal Nacional de Contratações Públicas  
https://www.gov.br/pncp/pt-br

Data: 28/08/2025 11:14:14

Acessar a fonte [aqui](#)



**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA  
PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE OU EQUIPARADOS**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXX, nº XXX, Bairro XXXX, XXXX/XX, CEP: XXXXXX, Celular (XX) XXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Sr. XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF nº \*\*\*.XXX.XXX-\*\*, **na condição de ME/EPP/Equiparado, DECLARAMOS** para fins do disposto no §2º, do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, bem como em atendimento ao Edital e Anexos da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900XX/2026, **que no ano-calendário de realização da referida licitação ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparado**, de forma que fazemos jus à obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Natal/RN, XX de XXXXXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal